

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LETICIA EMILIANA SANTOS BARATELLI

**A PARTICULARIDADE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES
NEGRAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: NA PERSPECTIVA DA
DIVISÃO SOCIOSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO**

**FRANCA-SP
2023**

LETICIA EMILIANA SANTOS BARATELLI

**A PARTICULARIDADE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES
NEGRAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: NA PERSPECTIVA DA
DIVISÃO SOCIOSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), como pré-requisito para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza.

**FRANCA-SP
2023**

B226p

Baratelli, Leticia Emiliana Santos

A PARTICULARIDADE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS
MULHERES NEGRAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS : NA
PERSPECTIVA DA DIVISÃO SOCIOSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO /

Leticia Emiliana Santos Baratelli. -- Franca, 2023

73 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais, Franca

Orientadora: EDVÂNIA ÂNGELA DE SOUZA

1. Mulher Negra. 2. Divisão sociosexual e racial do trabalho. 3.
Superexploração do trabalho. 4. Coleta de materiais recicláveis. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LETICIA EMILIANA SANTOS BARATELLI

**A PARTICULARIDADE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES
NEGRAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: NA PERSPECTIVA DA
DIVISÃO SOCIOSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como pré-requisito para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr a. Edvânia Ângela de Souza Lourenço

1º Examinador: _____
Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

2º Examinador: _____
Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

**FRANCA-SP
2023**

Dedico este trabalho à todas as mulheres catadoras de materiais recicláveis, à todas as mulheres empobrecidas, que sofrem cotidianamente pelas opressões de classe, gênero, devido ao patriarcado e pelas questões étnicos raciais, que são estruturantes ao processo de formação social, econômica e política do Brasil, inseridas na lógica do capital. Mas, especialmente, dedico este trabalho à todas as mulheres negras, que ao longo da historicidade do Brasil, têm sido as protagonistas das transformações sociais.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos às pessoas que estiveram ao meu lado durante a minha trajetória de graduação e neste processo de trabalho de conclusão de curso. A priori, agradeço a Deus e a todas as minhas entidades que me mantiveram em pé e com energia para finalizar esta grande etapa da minha vida.

Assim como, agradeço ao meu querido pai, Marco Baratelli, por sempre ser minha inspiração de força e perseverança, agradeço a minha mãe Marcia Emiliana, por todas as conversas animadoras que tivemos durante ligações (e da vida). Agradeço também a minha companheira, Winnie Soares, por ter me apoiado e estado comigo em todos os meus sonhos realizados até aqui. Agradeço, especialmente à minha querida irmã, Amanda Baratelli, que me acompanhou fielmente em todas as etapas da minha graduação, que esteve sempre disponível para me ajudar, e que não me deixou desistir nos meus momentos de fraqueza. Obrigada por ser quem é, tenho muita sorte em tê-la em minha vida e poder me inspirar em você. Outra pessoa que agradeço é a minha cunhada, Renata Rizzon, que me incentivou e me ajudou na construção deste trabalho.

Assim como, quero agradecer às minhas queridas amigas, Iolanda Neves e Lauri Florentine, por terem deixado meu processo de formação mais animados e cheio de luz. Agradeço aos meus familiares, minhas tias Daniela Baratelli e Eliene Bertelli, e minha avó Maria de Lourdes, obrigada por todo apoio.

Evidentemente, não posso deixar de agradecer a instituição Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho” por ter me oferecido bases materiais para me desenvolver enquanto pessoa, aluna e futura profissional. Assim como, agradeço especialmente à minha orientadora Edvânia Angela de Souza, por ter socializado tantos conhecimentos comigo, ao longo desta trajetória.

Dessa forma, quero agradecer alguns professores, inclusive minha orientadora, que sem eles, eu não teria tido condições de apreender tanto. Vocês me inspiraram durante este processo de formação, obrigada caríssimos professores; Maria José, Maria Cristina Piana, Onilda Alves do Carmo, Raquel Santos Santana, Dagoberto José Fonseca, José Fernando Siqueira, Patricia Soraya Mustafa.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram com a minha formação, embora não estejam neste texto, estão na minha memória. Finalizo meus agradecimentos, com uma reflexão de um provérbio africano, ele diz: “Se quer ir mais rápido, vá sozinho. Se quer ir mais longe, vá em grupo”.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a particularidade da superexploração da força de trabalho e da precarização das condições de trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, no município de Franca: em interseccionalidade com as relações sociais étnico-raciais, de gênero/sexo, e de classe. Considerando as categorias de análise, raça, gênero, trabalho, coleta de materiais recicláveis, a superexploração da força de trabalho e a divisão sociosexual e racial do trabalho, como agentes determinantes da maneira pela qual o sistema capitalista se apropria da mão-de-obra feminina. Analisar o papel ocupado por determinadas mulheres a partir da particularidade da formação sócio histórica do Estado brasileiro, que foi marcado de forma violenta pela colonização, escravização e tornando-se ao longo da historicidade um Estado eugenista¹. Para tanto, utilizou-se, como metodologia, a pesquisa qualitativa, com o uso das técnicas de entrevistas semi-estruturadas, e da observação participativa, os dados coletados na pesquisa são analisados a partir do método materialismo histórico e dialético que tem ao longo dos tempos contribuído com a leitura crítica da realidade e da sociedade capitalista. Espera-se com este estudo compreender os fatores influenciadores da causalidade da particularidade da superexploração da força de trabalho das mulheres negras catadoras de materiais recicláveis.

Palavras-chaves: Mulheres Negras, Superexploração do trabalho, Divisão sociosexual e racial do trabalho.

¹ De forma magistral Graciele Costa Ferreira (2020, p. 230) no seu importante estudo a respeito da força de trabalho livre no Brasil e respectivas políticas sociais explicita o processo de eugenia instaurado no país, expondo que: “[...] a higiene, a educação sexual, as modificações no espaço urbano, preocupação com a saúde, atenção às crianças etc. compuseram um conjunto de reformas para aprimoramento com repercussão a médio e longo prazo nas nações. E o futuro das nações era embranquecido. Essas propostas faziam parte de um tipo de eugenia, a “eugenia preventiva”, também chamada de higiene eugênica ou eugenia social. A eugenia preventiva acreditava que a erradicação de venenos raciais e de doenças sexualmente transmissíveis era fundamental ao aprimoramento racial; por sua vez, a eugenia positiva, proposta por Francis Galton, se voltava ao estímulo à reprodução dos “adequados” para transmissão de suas capacidades genéticas; a eugenia negativa, por sua vez, se baseava no controle e no impedimento da reprodução de “inadequados” através da esterilização, segregação sexual, exames médicos pré-nupciais etc.” (FERREIRA, 2020, p. 230).

ABSTRACT

This paper aims to understand the particularity of the overexploitation of the workforce and the precarious working conditions of women waste pickers in the municipality of Franca: in intersectionality with ethnic-racial, gender/sex and class social relations. Considering the categories of analysis, race, gender, work, the collection of recyclable materials, the overexploitation of the workforce and the socio-sexual and racial division of labor, as determining agents of the way in which the capitalist system appropriates female labor. To analyse the role played by certain women from the perspective of the particular socio-historical formation of the Brazilian state, which was marked violently by colonization and enslavement and became, throughout history, a eugenicist state. To this end, the methodology used was qualitative research, using the techniques of semi-structured interviews and participatory observation. The data collected in the research is analyzed using the method of historical and dialectical materialism, which has over time contributed to the critical reading of reality and capitalist society. The hope of this study is to understand the factors that influence the causality of the particularity of the overexploitation of the labor force of black women who collect recyclable materials.

KEYWORDS: Black women, Overexploitation of labor, Socio-sexual and racial division of labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	15
CAPÍTULO I - DA ESCRAVIZAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO SOCIAL À DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO: evidências sócio históricas, políticas, econômicas e racial da formação do Brasil	18
1.1 A escravidão enquanto gênese das relações sociais desiguais na atualidade	19
1.2 A particularidade da questão de gênero na escravidão: violências e coerções	25
1.3 Embranquecimento como estratégia da marginalização das pessoas negras	27
II - CAPÍTULO: A INTERSECCIONALIDADE DA DIVISÃO SOCIOSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO NA SINGULARIDADE DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO	36
2.1 A análise da categoria trabalho na sociabilidade capitalista da acumulação	36
2.2 A divisão sociosexual e racial do trabalho: um debate interseccional	40
2.3 A superexploração do trabalho das mulheres negras: um panorama geral do trabalho enquanto catadoras de materiais recicláveis	46
III - CAPÍTULO: A MATERIALIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES NEGRAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM FRANCA-SP	52
3.1 Uma breve contextualização sobre a formação da categoria das(os) trabalhadoras(es) de materiais recicláveis no Brasil	53
3.2 O trabalho de coleta de materiais recicláveis, feito pela COOPERFRAN, em Franca-SP	55
3.3 A experiência do trabalho das mulheres negras catadoras de recicláveis em Franca-SP: a manutenção da exploração de gênero e raça	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE A - Perguntas da Entrevista para as mulheres trabalhadoras da coleta de materiais recicláveis no município de Franca SP	72

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a particularidade da superexploração da força de trabalho e da precarização das condições de trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis no município de Franca: em interseccionalidade com as relações sociais étnico-raciais, de gênero/sexo, e de classe. A partir da leitura de totalidade acerca da formação do Estado brasileiro será possível a compreensão sobre os fatores socioculturais da formação deste Estado marcado pela invasão portuguesa, colonização e escravização dos povos negros e, posteriormente o genocídio secular desta população. Por meio de uma análise histórica desse processo de formação do Estado brasileiro, será possível entender os fatores deficitários presentes na atualidade da sociabilidade brasileira.

A particularidade das mulheres catadoras de materiais recicláveis do município de Franca SP, que devido ao aumento da produtividade do sistema capitalista, e pela própria lógica de substituição, o excesso de acumulação de resíduos sólidos tem se intensificado nesta fase atual do capital. Como forma de contextualização, é necessário a socialização de que o capitalismo em seu desenvolvimento sócio histórico no século XXI, se apresenta em uma fase de alta destruição do meio ambiente

De fato, na atualidade do capitalismo surge a organização de coleta de resíduos sólidos devido a demanda que o próprio sistema gera, vinculado ao modo de produção e de consumo desenfreados e totalmente predatórios, com alta destrutividade para o meio ambiente. Com isso, essa organização torna-se uma particularidade do capitalismo no presente século, por meio desta que também parte da obsolescência, com o fim/ durabilidade de cada item produzido já determinado. Dessa maneira, a população mais atingida pela desigualdade social devido aos fatores macrossociais tem sido historicamente a população negra, majoritariamente, as mulheres negras que se inserem em atividades laborais menos reconhecidas e mais precarizadas.

A finalidade da pesquisa é evidenciar os principais elementos do trabalho de coleta de materiais recicláveis, considerando o seu processo e as pessoas

trabalhadoras envolvidas neste labor. Assim, o registro evidencia quem são as pessoas diretamente vinculadas a este tipo de trabalho, as condições precarizadas de trabalho, a superexploração da força de trabalho a partir da divisão sociosexual e racial do trabalho. Dessa forma, será possível compreender o espaço socialmente construído e imposto a um determinado grupo da sociedade. Realiza-se o resgate da discussão teórico-metodológica a respeito das relações sociais, étnico-raciais, de gênero/sexo, e de classe, por compreender que estão intimamente associadas ao debate do mundo do trabalho, especialmente, na temática deste estudo – coleta de material reciclável.

A análise de totalidade considera o sistema econômico, o modo de produção capitalista, que domina as relações econômicas mundiais e como ele se articula no Brasil. Este método de análise é fundamental para a compreensão da particularidade da superexploração da força de trabalho. Esta categoria anítica foi criada por Rui Mauro Marini, que buscou compreender a captura do mais valor em países latinoamericanos, sobretudo, o Brasil, sendo utilizada para explicar que as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora nestas localidades, eram (e são) profundamente impactadas pelos baixos salários, além da ausência de políticas de infraestrutura e de serviços sociais básicos, como saúde, educação, moradia, entre outros, sendo que tudo isso confluía (e conflui) para o aprofundamento da exploração do trabalho, designado por Marini (1973) como superexploração do trabalho.

Ademais, cumpre evidenciar que a formação sócio econômica do Brasil reproduz bem o que Marini (1973) expõe como um país de capitalismo dependente. Salienta-se que desde a formação do Estado Nacional, em 1822, não houve as rupturas necessárias para que o país seguisse sob novas perspectivas. Souza e Silva (2019) expõe que os traços do colonialismo foram mantidos, mesmo após a Independência e mais tarde, com a instauração da República, mantém-se um sistema econômico voltado para atender os interesses de fora (externos) e de uma pequena burguesia, que concentra renda, terra, meios de produção e garante que o Estado seja o seu mais direto representante dos seus interesses (SOUZA; SILVA, 2019). A partir da Independência não houve qualquer ruptura com o sistema escravista, sendo que quando da interrupção do tráfico negreiro, em 1850,

instituiu-se a Lei de Terras, impedindo os povos originários, africanos, ainda que libertos e demais trabalhadores e trabalhadoras de terem acesso à terra, sendo este um dos fatores geradores de ampla desigualdade social e de concentração de renda nas mãos de uma elite branca e agrária, que não por acaso está presente também no interior do Estado (SOUZA; SILVA, 2019).

Estes marcadores históricos da formação social e econômica do Brasil comparecem nos dias atuais, nos dados que evidenciam as expressões da questão social, por exemplo, a fome, a insegurança alimentar, a pauperização, o encarceramento em massa, o desemprego, o pauperismo, o aumento das pessoas em situação de rua, entre outros, que articulados à interseccionalidade de classe, gênero/sexo e étnico-racial evidencia que quem mais sofre é a população negra, especialmente, mulheres e jovens.

Gonçalves e Souza (2022) demonstram que, durante a pandemia da COVID-19, declarada como emergência sanitária pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2020, expôs mais profundamente o povo preto aos maiores riscos de contaminação e de piora das condições de vida. Neste sentido, Gonçalves e Souza (2022) evidenciam que enquanto as classes de melhores posses puderem ficar em casa e realizarem o isolamento social, o trabalho de entregadores(as) e das empregadas domésticas foram considerados “atividades essenciais” e, como quem mais desenvolve estes tipos de trabalho são os jovens negros² e as mulheres negras, foram essas pessoas as mais afetadas pela pandemia da COVID-19, como elucidam:

Não por acaso, a primeira vítima da covid-19 no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, foi a dona Cleonice Gonçalves³, uma empregada doméstica negra, contagiada pela patroa branca que havia voltado da Itália (à época epicentro da pandemia) e não se preocupou em se isolar nem em manter a trabalhadora fora de riscos. Também não é obra do acaso a morte da criança negra, Miguel, de cinco anos, que acompanhava sua mãe ao emprego porque sua escola estava fechada. A mãe, a senhora Mirtes Renata

² “[...] a exposição dos/as trabalhadores/as ao vírus sob o argumento de que são serviços essenciais. Imigrantes de Nova York ou de Paris, precarizados/as de Bogotá ou de São Paulo percorrem cotidianamente longos quilômetros em motos e bicicletas para levar comidas e tudo o que mais estiver ao alcance de um clique de aplicativo de celular. Nas cidades brasileiras, uma multidão de jovens, sobretudo negros/ as, nunca pôde sair das ruas para continuar carregando, literalmente, nas costas os pequenos confortos a quem tem o privilégio do confinamento” (GONÇALVES; SOUZA, 2022).

³ “Como Lélia Gonzalez (2020), acreditamos que trabalhadores/as negros/as têm nome e sobrenome, não deixando margem aos apelidos pejorativos que alicerçam o racismo” (GONÇALVES; SOUZA, 2022).

Santana, “trabalhadora doméstica, assim como milhares de outras trabalhadoras, que não foram dispensadas de seus serviços em meio à pandemia do coronavírus para não perderem o emprego ou terem seus salários diminuídos, teve de trabalhar e se expor ao vírus” (Parks; Cacau, 2021, p. 167); e não teve o direito ao isolamento para se dedicar ao filho. Era obrigada a cuidar dos cachorros, enquanto a impaciente madame deixava o garoto sozinho em elevador que o conduziria ao acidente fatal.

Souza, Célis e Ignácio (2021, p. 22) também registram que: “A problemática da pandemia de COVID-19 expõe de forma radical o racismo estrutural do Brasil, quando estudos sublinham a maior letalidade entre pessoas negras”. As autoras citam que: “Desigualdades no acesso ao tratamento confirmam que as chances de morte de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%) (SOUZA, CÉLIS; IGNÁCIO, 2021, p. 22).

Neste contexto, de maior vulnerabilidade social e de saúde, aumento do desemprego e da precarização do trabalho, paradoxalmente, o capital expandiu as suas bases de acumulação. Boschetti (2021) evidencia as medidas do Estado para o favorecimento do capital, paralelamente, o governo federal fez uma série de ameaças no âmbito social, além de reduzir o orçamento federal para todas as políticas sociais (BOSCHETTI, 2021).

Hernández (2021) salientou as desigualdades da vivência da pandemia da COVID-19, entre os vários países:

Na América Latina onde coexistem cerca de 500 milhões de habitantes, quase 50% da população vive na pobreza, sem acesso a serviços de saúde de qualidade, com problemas crescentes de acesso à água potável ou a serviços higiênicos sanitários. Desse modo, os paradoxos permanecem, já que os 28 países mais desenvolvidos do planeta, que contam com 15% da população mundial, têm 10% da carga mundial de enfermidade, porém, consomem 90% dos gastos mundiais de saúde (FEO 2020, p. 16, apud HERNÁNDEZ, 2021, p. 77).

Hernández (2021) é categórica ao afirmar que a gestão da crise sanitária segue a desigualdade já imposta pela divisão internacional do trabalho, que define quem pode fazer isolamento social, quem tem direito adequado à saúde e quem terá direito à imunização contra o vírus causador da COVID-19 (HERNÁNDEZ, 2021).

Boschetti (2021) evidenciou que neste contexto, ganhou visibilidade às

desigualdades étnico raciais: “São as mulheres negras residentes nas periferias as mais atingidas, mostrando e perversa desigualdade de gênero e raça de uma força de trabalho superexplorada e precarizada, que, efetivamente, ultrapassa 100 milhões de pessoas e que, desde o início da pandemia, se vê sem nenhum rendimento” (BOSCHETTI, 2021, p. 29).

Diante do sofrimento nacional frente à pandemia da COVID-19 e os seus profundos impactos na sociedade para todas as dimensões da vida: perdas de entes queridos, perda de emprego, de fontes de renda etc. houve o enriquecimento de algumas personas do capital:

Ao mesmo tempo, o país descobriu estarrecido que 11 novos brasileiros se tornaram bilionários em 2020 e que os 66 bilionários brasileiros, que compõem a seleta lista de bilionários mundiais publicada em 2021 pela revista Forbes, viram suas fortunas saltar de US\$ 127 bilhões para US\$ 220,4 bilhões somente em 2020. Enquanto a classe trabalhadora perde, os setores da economia que geraram bilhões estão concentrados no capital financeiro, de investimentos, e-commerce e hospitais privados, segundo a mesma fontes⁴ (BOSCHETTI, 2021, p. 29).

Souza (2021 e 2022) vem evidenciando o quanto a pandemia da COVID-19 deu vazão ao uso dos processos de trabalho, interação social e afetiva, comércio, políticas sociais, entre outros setores que se tornaram operacionalizadas especialmente pelos meios digitais. Portanto, a partir da pandemia de COVID-19 “[...] tornaram-se mais evidentes os processos que vêm sendo classificados como partes da 4a Revolução Industrial (4a RI), com a integração dos sistemas físicos com os meios digitais, internet avançada, ampla digitalização da indústria, dos serviços e da economia em geral (SCHWAB, 2016, apud SOUZA, 2021).

É neste contexto de avanço do desemprego, reestruturação do capital, com exacerbção da sua fase financeira e dos processos de trabalho a partir da mediação com as plataformas digitais, aplicativos e automação avançada (SOUZA, 2022), que se busca discutir o trabalho de mulheres na coleta de lixo reciclável.

Bauman (2005) evidenciou que a modernidade criou também os refugos tanto humanos quanto de objetos que são cotidianamente descartáveis.

O refugio é o segredo sombrio e vergonhoso de toda produção. De

⁴ Disponível em:

<https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/quem-sao-os-brasileiros-no-ranking-dos-bilionarios-do-mundo-2021/#foto13>. Acesso em: 9 ago. 2021.

preferência permaneceria como segredo. Os capitães da indústria prefeririam não mencioná-lo – precisam ser muito pressionados para admitir isso. E, no entanto, a estratégia do excesso, inevitável numa vida orientada para o projeto, a estratégia que estimula, fortalece e instiga o esforço produtivo, e também o refugo dele resultante, faz do disfarce um método inútil. O próprio volume do lixo não permitiria que ele fosse encoberto e tivesse sua existência negada. Daí a indústria de remoção do lixo ser um ramo da produção moderna (junto com os serviços de segurança, está continuidade da política do disfarce por outros meios, destinada a protelar o retorno dos oprimidos (voltaremos a falar disso adiante) que nunca ficará sem emprego. A sobrevivência moderna - a sobrevivência da forma de vida moderna – depende da destreza e da proficiência na remoção do lixo (BAUMAN, 2005, p. 38-39).

METODOLOGIA

Este estudo busca compreender quem são e as particularidades do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, com foco para a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran). O método de pesquisa tem como base o materialismo histórico-dialético que permite a compreensão do fenômeno a partir da história, da estrutura social formada no Brasil e suas respectivas refrações sobre as relações sociais de trabalhos, particularmente das mulheres catadoras de materiais recicláveis no município de Franca.

Dessa forma, busca-se analisar essa organização do trabalho, que é a coleta de materiais recicláveis, enquanto ferramenta de aproximação sobre a compreensão da particularidade da superexploração da força de trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, considera-se que se trata de um trabalho desgastante, com uma grande parcela de tempo gasto que essas mulheres utilizam na separação dos resíduos sólidos que chegam até elas, nas piores condições. Somente após essa aplicação de tempo e trabalho, é separado os materiais recicláveis que serão vendidos. Dessa forma, essas mulheres só irão receber pela quantidade de materiais recicláveis separados, excluindo todo tempo gasto até a separação deste material; a mais valia socialmente produzida. Onde ocorre o processo de superexploração da força de trabalho dessas mulheres, uma vez que, elas não recebem pelo trabalho e tempo gasto para a separação deste material.

A investigação envolveu estudos bibliográficos e coleta de dados empíricos-trabalho de campo, com o objetivo de compreender a particularidade da

superexploração da força de trabalho e da precarização das condições de trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis no município de Franca: em interseccionalidade com a questão da raça, gênero e classe. As pessoas entrevistadas⁵ para realização do trabalho de campo, foram um grupo de trabalhadoras negras que desenvolvem a coleta de materiais recicláveis no município de Franca, São Paulo.

O projeto de pesquisa foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP-Franca, sob o CAA 71730523.0.0000.5408. A partir da aprovação deste projeto procedeu-se aos contatos com a presidenta da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran), com vistas a conseguir a autorização e agendamento de entrevistas com as mulheres trabalhadoras daquele espaço, no próprio local de trabalho. Este processo de agendamento contou com alguns desafios, porém, a entrevista para a coleta de dados foi agendada para o dia 18 de outubro de 2023, quando se teve a oportunidade de entrevistar 11 mulheres, durante o seu expediente de trabalho. O roteiro de entrevista contou com uma organização de questões que previam uma estrutura prévia para a identificação dos dados sócio demográficos e as perguntas específicas acerca do processo de trabalho (Apêndice A).

O processo de recolha de dados foi desenvolvido através das técnicas de entrevistas individuais semi-estruturadas e haverá o compromisso com o registro fidedigno "ao pé da letra" (MINAYO, 2007), a partir do instrumento de gravação das falas, após a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE. Junto a isso, outra técnica que foi utilizada é a de observação participativa, esta técnica foi desenvolvida em todos os encontros possíveis com o grupo, com a intencionalidade de se colocar no lugar do outro, pois buscou-se a aproximação do objeto humano de pesquisa, desse modo, todas as observações feitas nos encontros serão transcritas no instrumento de trabalho, diário de campo. Todas as técnicas mencionadas acima, foram utilizadas para promoverem uma análise qualitativa do estudo. Assim como, contribuirá com dois dos objetivos específicos; identificar as singularidades das mulheres que ocupam este trabalho precarizado e analisar a superexploração da sua força de trabalho. As análises dos dados serão realizadas na perspectiva crítica, por meio do

⁵ Foram realizadas 11 entrevistas, no dia 18/10/1997 com funcionárias da Cooperfran.

método de análise do materialismo histórico dialético, que tem ao longo dos tempos contribuído com a leitura crítica da realidade e da sociedade burguesa, buscando explicá-la à luz do movimento contraditório e histórico.

O estudo está organizado em três capítulos, o primeiro, foi feito um debate histórico desde o período colonial durante a escravização, perpassando brevemente pelo período do século XIX, evidenciando o pensamento eugenista da época, de embranquecimento da população brasileira até o período de pós-abolição com o surgimento da divisão racial do trabalho. No segundo capítulo o debate central é a compreensão da divisão sociosexual e racial do trabalho enquanto herança do Brasil colonial, pois entende-se que os fatores estruturantes da formação social do Brasil, promovem a particularidade da superexploração do trabalho, na perspectiva interseccional de gênero e raça. Já o último capítulo abordará a materialização deste trabalho superexplorado na perspectiva do trabalho das mulheres negras catadoras de materiais recicláveis da cooperativa Cooperfran no município de Franca-SP a partir das entrevistas realizadas durante este estudo.

Por fim, espera-se que este estudo contribua com o campo de conhecimento do serviço social, pois se trata de uma genuína expressão da questão social, sendo que nesta particular análise buscou-se evidenciar a superexploração do trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis e a interseccionalidade étnico-racial, gênero/sexo e de classe.

CAPÍTULO I - DA ESCRAVIZAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO SOCIAL À DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO: evidências sócio históricas, políticas, econômicas e racial da formação do Brasil

A tal da evolução
Com esse nome, até parece algo bom
Dizemos em multidão
Salve! Salve! A evolução

Mas o que é essa tal evolução?
É a eugeniização da nação
Dizem que é para melhorar
Mas não é isso que vemos concretizar

Contudo, somos obrigados a participar
Mas, ela mata meus irmão
Afinal, não são o tal "padrão"
Salve! Salve! A evolução...

Ela veio de "mansinho"
Dizendo que é bom
Mas não vemos isso não
Afinal, o que faz essa eugeniização?

Ela extermina famílias
E até mesmo o direito de tê-las
Até parece obra do cão!
Salve! Salve! A evolução

Odeia a nossa cor, cultura e etnias
Dizem que não fazemos parte
Desse projeto político do Estado
Dessa tal, eugeniização...

Nos taxam de bandidos
Mas bandidos, não somos não!
Somos pretos, somos forças
Lutando contra essa segregação!

Somos amor, resistência e esperança
Somos o povo brasileiro
Que não quer mais
Essa tal, eugeniização!

(Leticia Emiliana, 2023)

1.1 A escravização enquanto gênese das relações sociais desiguais na atualidade

A importância deste estudo se dá pelo fato de compreender a superexploração da força de trabalho⁶ socialmente produzida na lógica do sistema capitalista, enquanto uma expressão da questão social. Para isso, entende-se que, o processo de formação do Estado brasileiro contribui para a composição das características singulares desse trabalho superexplorado e das trabalhadoras que irão compor esse espaço.

Nessa perspectiva, a questão racial é estudada enquanto eixo fundamental dessa relação socialmente estabelecida, a partir dessa aproximação, é possível compreender que, no Brasil, a parcela mais vulnerabilizada e direcionada para as condições de trabalho precarizadas é a população negra. Sobretudo, é nessa população que estão evidentes as expressões da questão social “[...] a questão racial é, insistimos, o nó da questão social, e ganha novos contornos nos dias atuais” (GONÇALVES, 2018, p. 6). Para isso, foi escolhido um grupo de trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis enquanto representantes desse trabalho superexplorado. Afinal, além da questão racial, existe intrinsecamente, nessa relação, a questão de gênero e de classe. Neste capítulo inicial do trabalho será debatido o processo de formação do Estado brasileiro enquanto consequência do direcionamento das pessoas negras à margem da sociabilidade. Concomitantemente, do grupo social mais afetado pelas expressões da questão social.

Com isso, é importante considerar os fatores fundamentais para o resultado das particularidades do trabalho superexplorado no Brasil, da análise histórica da formação social do Brasil. Dessa forma, é necessário considerar desde o período da escravização da população negra, por mais de trezentos anos e o processo de marginalização da população negra após a abolição da escravização de 1888. Para isso, será feita uma breve contextualização histórica desde período expressivo de

⁶ A superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (MARINI, 1973, p. 33).

crueldades aos negros. Os povos negros foram sequestrados de seus países de origem, no continente africano, o autor Chiavenatto (1987), contribui sobre o sequestro físico e cultural dos povos negros com a vinda dessa população ao Brasil:

Desde a captura na África, passando pelo sofrimento nos tumbeiros que os trouxeram ao Brasil, os negros foram pasto da bestialidade humana que a escravidão gerou. Negros que morriam de peste, fome, de chibata, de quem se arrancavam membros, órgãos genitais, que se aleijavam, cegava, ou que eram besuntados de mel e entregues a vorazes formigas- é uma crônica farta de maldades. Negrinhos que eram arrebanhados ao nascer, praticamente do ventre das mães, e mortos rapidamente para não descia a negra do seu trabalho - isto quando um ardil da mãe escrava ou outro acidente qualquer permitia a gravidez progredir. Porque o comum era o aborto forçado, com métodos violentos e desumanos, pois um negro era mais barato "pronto" para o trabalho do que criado nas senzalas. Negrinhos morriam para o leite das mães fosse alimentar os nhonhozinhos brancos, que ao nascer ganhavam um moleque preto para se iniciarem no exercício de crueldade imposto pela escravidão (CHIAVENATO, 1987, p. 10).

Eram sequestrados e vendidos aos compradores enquanto objeto ou mercadoria "[...] registra a transformação ideológica do negro em mercadoria, como objeto de lucro, desumanizado e manipulado desde o começo do tráfico" (CHIAVENATO, 1987, p. 103). Dessa forma o valor da pessoa negra era avaliado a partir das condições físicas do seu corpo "O valor do negro media- se pelos músculos, idade, dentes, sexo, saúde, aspecto geral" (CHIAVENATO, 1987, p. 102).

Além disso, houve o sofrimento devido a separação de familiares durante as viagens a outros países "[...] todos de uma mesma família enviam-se a tumbeiros diferentes, na cruel política dos traficantes para quebrarem o seu espírito de resistência" (CHIAVENATO, 1987, p. 106) a partir do tráfico nos navios "negreiros", "Foram arrancados da África Negra em torno de 100 milhões de negros, desestabilizando sociedades inteiras [...] condenando os africanos a estagnarem-se no tempo" (CHIAVENATO, 1987, p.12). O tráfico de pessoas negras acontecia por meio de navios denominados como "negreiros", que os levavam de um país, ou de um continente para o outro. Eram transportados em condições violentas, desumanas e de muita precarização nas condições materiais do próprio navio. O autor Chiavenato corrobora que:

No começo do tráfico os navios eram pequenos e mal construídos, com a pior marujada portuguesa. Viajando em condições precárias de higiene e alimentação, os africanos contraíam moléstias que se transformaram em epidemias. Autores da época contam que os negros amontoados nos porões infectos - onde não entrava luz- tinham que defecar onde estivessem: no

geral, era impossível mover-se. Viajavam durante os 120 dias das primeiras travessias e os 20 ou 30 das últimas (dos séculos XVI ao XIX), sentados ou deitados em cima de fezes, urina e vômitos (CHIAVENATO, 1987, p. 103).

Eram viagens realizadas com a capacidade de espaço no navio excedida com o objetivo de trazerem mais "mercadorias" "Se tivesse espaço para 100 negros, carregava 300". Como metade dos negros morria, chegava-se ao Brasil com 50 escravos excedentes (CHIAVENATO, 1987, p.102), assim, armazenavam menos mantimentos como; água e comida para as pessoas negras se manterem com o menos possível "Chegava a faltar água: os capitães dos tumbeiros descobriram que um copo d'água a cada três dias era o suficiente para não morrer de sede" (CHIAVENATO, 1987, p. 104). Nesse sentido, devido a precarização nas condições do tráfico e por toda ideologia que pairava-se sobre a inferioridade dos negros sobre os brancos, eram transportados nas piores condições, vistos enquanto peças/mercadoria. Devido a falta de comida fresca era muito comum muitas pessoas ficarem doentes, inclusive os marinheiros. Dessa forma, muitas pessoas negras contraíam tuberculose, "[...] especialmente as crianças de 6 a 16 anos. Jogavam-se os doentes no mar, ainda vivos, para não contaminarem o resto da carga" (CHIAVENATO, 1987, p. 103). Dessa forma, muitas das pessoas negras trazidas pelos navios negreiros ao Brasil eram mortas durante o processo da viagem pois "Muitos negros não suportavam o regime: eram os 20% (ou metade deles em algumas ocasiões) despejados no mar - mas os restantes compensavam" (CHIAVENATO, 1987, p. 104).

A escravização dos negros no Brasil contou com o apoio da Igreja católica, o autor Chiavenato corrobora que:

A escravidão foi um dos melhores negócios da Coroa. E não se pode esquecer que a Ordem de Cristo ganhava 5% de cada transação, pagos pela Casa dos Escravos. Esse foi o motivo da má vontade da Igreja para defender os escravos e a base da desmoralização da maioria do clero. Para justificar essa situação apelavam aos preconceitos. Diziam que o negro nasceu "naturalmente" escravo e coisas afins (CHIAVENATO, 1987, p. 99).

A Igreja também contribuiu para a não aproximação dos negros entre si "[...] o costume português de dividir nações e famílias, para evitar que em uma só propriedade convivem escravos da mesma língua, que poderiam se comunicar e organizar a resistência" (CHIAVENATO, 1987, p.93). De fato a igreja contribuiu a

partir do caráter moral e religioso com a escravização de pessoas negras "[...] houve a forte colaboração da Igreja Católica, [...], afirmando em bulas papais, sermões e livros, que Deus e a natureza determinaram a inferioridade do negro" (CHIAVENATO, 1987, p. 150); seja pelo discurso que pessoas negras nasceram para serem escravizadas ou pelo próprio viés da rentabilidade que a escravização dos corpos negros trouxeram enquanto riqueza para os cofres da Igreja Católica. Além disso, "[...] abençoavam também a crueldade dos senhores contra os negros" (CHIAVENATO, 1987, p. 97). Dessa forma, pode-se compreender o quanto a igreja foi conivente aos escravocratas, omitindo e também participando do processo de escravização das pessoas negras.

As pessoas negras chegavam das viagens marítimas em péssimas condições devido a todo processo de violência que sofriam durante o trajeto, conforme dito anteriormente no texto. Após se recuperarem da violenta viagem, as pessoas negras eram exibidas em lojas de comerciantes escravistas "[...] amarrados uns aos outros. Às vezes eram tantos os negros que a "mercadoria" vazava para as ruas, ficando exposta à crueldade dos compradores" (CHIAVENATO, 1987, p. 106). Durante esse processo de escravização as pessoas negras foram colocadas no não lugar enquanto ser humano, eram animalizadas sendo "[...] examinados como animais: apalpadados, dedos enfiando-se pelas bocas, procurando os dentes para adivinhar a idade ou conferir se o vendedor não mentia" (CHIAVENATO, 1987, p. 106). A partir disso, para as mulheres negra a violência era maior, além de sofrerem com as mesmas violências que os homens negros sofriam eram sexualizadas e tinham "[...] as mulheres tendo os seios manipulados e os genitais escancarados para a avaliação de sua qualidade erótica ou como parideiras" (CHIAVENATO, 1987, p. 106). O autor Chiavenato também contribui que:

O desespero, aliado à difícil travessia, produz o escravo que chega ao Brasil como um animal passivo da brutalização, uma besta de carga que só vai reagir em resposta ao açoite. Não terá tempo de aclimatar-se completamente, de adaptar-se à nova situação para criar uma base comum de revolta: morrerão todos em sete anos em média, seu tempo de vida útil no Brasil"(CHIAVENATO, 1987, p.107)

Seus corpos eram usados como mercadorias e fonte de extração da força de trabalho "Dessa forma, o sujeito escravizado era, ao mesmo tempo, trabalhador,

instrumento de produção de mercadoria e mercadoria". (ALVES, 2022, p. 214), contabilizando entre catorze a dezoito horas de trabalho em condições desumanizadas de trabalho. O autor Chiavenato diz:

As condições de trabalho que enfrentarão serão terríveis, ao contrário do que fala um dos modernos ideólogos da escravidão, Gilberto Freire, nada aqui chegou a "adociar-se em transigências" para o escravo negro. Tudo foi sangue e chibata, sempre. Jogado nas senzalas imundas, dormindo no chão ou arranjando-se em cima de folhas, trabalhando de 14 a 18 horas por dia, indo ao tronco pelas menores faltas, a vida dos escravos é uma crônica de crueldades, a que não faltam as manifestações sádicas dos seus senhores e sinhazinhas (CHIAVENATO, 1987, p. 107).

Com relação ao tratamento, eram considerados inferiores aos animais "Depois de coletivamente animalizados, foram individualizados e agredidos pelo sadismo que se camufla na ideologia escravista" (Chiavenato, 1987, p. 111), podendo fazer com eles tudo o que se desejasse, "[...] a imaginação dos senhores não tinha limites, e muitos criavam os seus métodos e instrumentos de tortura próprios" (MOURA, 1992, p. 17).

As pessoas negras que foram escravizadas trabalharam nos diferentes ciclos econômicos do Brasil, o da cana de açúcar, do café, do ouro, do algodão e da borracha. De fato, foi a partir do trabalho dos escravizados e da ultra exploração da força de trabalho que foi possível a extração excessiva da mais-valia/ lucro aos grandes escravistas e para a economia do Brasil durante o período de escravização. Durante o ciclo do açúcar e café no Brasil, muitas pessoas negras morreram devido a acidentes de trabalho, "Se isso ocorreu no início dos anos 1700, pouco mudou até a metade do século XIX" (CHIAVENATO, 1987, p. 109) afinal as condições eram precarizadas e a ultra exploração da força de trabalho eram excessivas "[...] totalizando 14 ou 18 horas de trabalho" (Chiavenato, 1987, p. 110) afinal, "O escravo, além de trabalhador, representava um investimento; por isso era explorado ao máximo" (CHIAVENATO, 1987, p. 110). Com isso, muitos trabalhavam com sono e acabavam sofrendo graves acidentes ou morrendo porque o cansaço era excessivo "[...] ao jogarem a cana na moenda, descuidavam-se e deixavam o braço ser engolido pelos cilindros [...] histórias terríveis da morte daqueles que não tiveram socorro a tempo e foram esmagados junto à cana" (CHIAVENATO, 1987, p. 110). Durante a exploração dos trabalhos dos negros no ciclo econômico do café o autor

Chiavenato diz:

Na safra do café, quando havia ameaça de geada, o trabalho ia noite adentro, à luz de fogueiras e tochas, em temperaturas baixíssimas. Nas plantações e máquinas de beneficiar café, as doenças e os acidentes de trabalho inutilizavam cerca de 25% dos escravos ao mesmo tempo (CHIAVENATO, 1987, p. 110).

Dessa forma, os negros eram explorados ao ponto de não aguentarem estar em pé e por conta deste desgaste, muitos eram mortos nos acidentes de trabalhos, embora "Esse processo o esgotava, porém era mais barato "gasta-lo" intensamente e trocá-lo depois por um novo do que investir na sua manutenção" (CHIAVENATO, 1987, p.110). Já a exploração do trabalho dos negros na mineração representou "Seiscentos mil negros morreram nas minas. No ciclo da mineração a maior causa da mortalidade no Brasil era o trabalho " (CHIAVENATO, 1987, p. 107). O autor explica um pouco mais sobre isso:

A partir do começo do século XVIII, de cada 20 escravos ocupados na mineração só 3 sobreviviam. Nesse período, de cada 20 africanos entrados no Brasil, apenas 3 não seguiam para as minas. Isto é: dos que entravam no Brasil 85% iam para a mineração; dos que trabalhavam nas minas, 85% morriam. Se entrassem 3.000 africanos, 2550 iriam para as minas. Destes 2.550 morreriam 2.167. Ou seja, a mineração matava 85% dos seus escravos, que representavam mais de 70% dos entrados no Brasil (CHIAVENATO, 1987, p. 107).

O trabalho explorado nas mineradoras possibilitava em alguns casos a compra da alforria "Alguns negros, embora escravos, mineraram por conta própria, pagando uma taxa ao patrão [...] Isso gerou uma disposição de luta social a possibilidade de ganhar dinheiro e alforriar-se" (CHIAVENATO, 1987, p.108). Esse processo também gerou o endurecimento repressivo aos negros, afinal, a possibilidade dos negros conseguirem sua alforria não agradava os patrões. Mas de fato, o grande marco da mineração foi o grande nível de mortes de pessoas negras por acidentes devido às péssimas condições de "trabalho".

Outro trabalho explorado que as pessoas brancas obrigavam os escravizados realizarem é o trabalho como negros ganhadeiros "[...] eram escravos que cuidavam dos negócios dos seus proprietários, a quem entregavam o "ganho" no fim do dia [...] se não conseguissem eram castigados" (CHIAVENATO, 1987, p.114). O autor Chiavenato corrobora que:

Muitos pequenos proprietários alugaram seus negros de ganho como animais de carga: para transportar mercadorias ou gente, em palanquins - durante séculos eles substituíram os carros e os animais. Praticamente todo o transporte pessoal no Rio de Janeiro ficou por conta deles. Autores estrangeiros registraram admirados que a roda demorou a ser introduzida no Brasil porque tudo aqui andava pelos pés dos escravos. Até 1860 havia poucas carruagens no país (CHIAVENATO, 1987, p. 115).

Outro aspecto importante que Chiavenato (1987) traz em sua obra; O negro no Brasil é que os esforços das pessoas escravizadas era desumanizado ao ponto de senhores escravistas pouparem os cavalos e mulas do trabalho pesado para que os escravizados fizessem, provocando deformidades físicas e redução de vida. Além disso, eram abandonados no fim da vida, por meio das alforrias que os escravocratas concediam para não terem mais o "gasto" em "sustentar" os seus escravizados inutilizáveis.

1.2 A particularidade da questão de gênero na escravização: violências e coerções

Importante ser considerado que durante o processo de escravização das pessoas negras, houveram-se particularidades referente às mulheres negras escravizadas. Afinal, a questão de gênero é evidente a partir do sexismo sofrido pelas mulheres negras "Em análise retrospectiva da experiência da mulher negra escravizada, o sexismo revela-se tão forte quanto o racismo como força opressiva na vida das mulheres negras" (HOOKS, 2022, p. 37). Além de serem escravizadas, as mulheres negras eram estupradas" Estupro era um método comum de tortura usado pelos escravizadores para subjugar negras recalcitrantes]" (HOOKS, 2022, p. 41). Davis (1944) também contribui a respeito do estupro enquanto uma ferramenta de dominação patriarcal:

O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. As observações a seguir, relativas à função do estupro durante a Guerra do Vietnã, também podem ser aplicadas à escravidão: "No Vietnã, o comando militar dos Estados Unidos tornou o estupro 'socialmente aceitável'; de fato, era uma política não escrita, mas clara. Ao encorajar jovens soldados a estuprar mulheres vietnamitas (às vezes, eram orientados a "revistar" mulheres "com o pênis"), forjou-se uma arma de terrorismo político de massa (DAVIS, 1944, p. 36).

As mulheres negras sofriam com agressões, abusos sexuais, ocasionando o contágio de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, "Senhores brutais violaram negrinhas de 10, 12, 15 anos [...] no nordeste foi frequente contagiar com sífilis novinhas virgens, o que se considerava bom remédio para a doença." (CHIAVENATO, 1987, p. 10). Além disso, as mulheres que engravidavam, seja por meio dos contínuos estupros ou por outras motivações, não poderiam seguir com a gestação. O autor Chiavenato acrescenta sobre essa temática que:

Um dos mais terríveis quadros da escravidão foi o destino dado às "crias" das negras. Não era econômico elas criarem seus filhos: nos períodos em que o preço do escravo estava em baixa, os recém-nascidos eram mortos. Jogados ao chão, pisados, enterrados vivos - mortos, para não custar nada ao senhor, não tomar o tempo do trabalho da escrava, economizar o alimento que comeriam até começar a trabalhar. Alguns senhores nem sequer admitiam que as negras engravidassem: obrigavam-nas ao aborto quando suspeitavam da gravidez. E como geralmente só suspeitavam aos quatro, cinco meses, é fácil perceber a violência do aborto que se cometia. Muitas negras, sabendo do triste destino das suas "crias" abortavam antes que fossem descobertas. Introduziram ervas e raízes na vagina e conseguiam expelir o feto [...] Em 1871 - ano da Lei do Ventre Livre - ainda matavam as "crias" (CHIAVENATO, 1987, p. 113).

Outra atrocidade que as mulheres negras sofriam era "[...] o ciúme doentio das sinhás derramava-se em violência que marcaram muitas escravas" (CHIAVENATO, 1987, p. 112). Segundo o autor Chiavenato (1987) muitas esposas de escravocratas tão sádicas quanto seus maridos realizavam atrocidades extremamente violentas aos corpos das mulheres negras que eram mutiladas, tinham dentes quebrados e muitas morriam devido o alto grau de violência "Alguns viajantes contam ter visto negras sem um seio, ou sem os dois - o que era extraordinário, porque a maioria das vítimas morria em decorrência das mutilações" (CHIAVENATO, 1987, p. 112).

Embora as mulheres negras escravizadas não pudessem gerar e alimentar seus filhos elas podiam e deviam alimentar os bebês brancos de seus proprietários ou quando eram comercializadas para alimentarem outros bebês brancos de senhores escravistas enquanto amas de leite "Os anúncios de jornal da época informam que uma ama de leite negra rendia em torno de 600\$000 nesse comércio passivamente aceito pela sociedade imperial: duas vezes mais que um catador de café" (CHIAVENATO, 1987, p. 112). Enquanto seus filhos tinham nove chances em dez de morrerem (CHIAVENATO, 1987).

Além disso, as mulheres negras também faziam parte da comercialização dos negros ganhadeiros contudo, "O destino das negras ganhadeiras talvez fosse pior. Aos 15, 16 anos eram dedicadas à prostituição"(Chiavenato, 1987, p.115). O Estado brasileiro permitia e aceitava a prostituição das mulheres negras escravizadas "A prostituição das escravas era garantida pelo artigo 179 da Constituição de 1824 [...] - pela lei o escravo era uma propriedade, uma coisa desumanizada" (CHIAVENATO, 1987, p. 116).

Os escravocratas utilizavam como ferramenta de controle social medidas para controlar a população negra escravizada uma das estratégias foi a introdução do "Rei do Congo", que foi uma festa popular que se tradicionalizar pois simulava um reinado africano no Brasil onde era escolhido um "negro de alma branca" 'para ser nomeado o "rei" dando "[...] uma falsa hierarquia entre os escravos-o rei da corte-para controlá-los e compensá-los [...] a ilusão de um reinado acalmavam a rebeldia" (CHIAVENATO, 1987, p.117), pois sua função original era policiar os escravos "[...] em troca de uma "caricata monarquia, que tinha Nossa Senhora do Rosario por paroeira", segundo uma crônica da época" (CHIAVENATO, 1987, p.117). Outra forma de controle social utilizada pelos escravocratas foi a utilização da mulher negra escravizada enquanto objetos de compensação para os homens negros "[...] faltavam mulheres para os escravos. Debret viu certos senhores regularem a vida sexual dos seus escravos reservando uma negra para cada quatro negros" (CHIAVENATO, 1987, p. 117).

De fato, a escravização de pessoas negras têm grande influência na formação do Estado brasileiro, assim como na questão de gênero. O Brasil, como muitos outros países, está inserido na lógica da sociedade patriarcal de homens brancos heterossexuais, detentores dos meios sociais de produção. Hooks (2022) corrobora que:

No período de escravidão, pessoas brancas criaram uma hierarquia social baseada em raça e sexo que posicionou homens brancos em primeiro lugar, mulheres brancas em segundo, apesar de às vezes serem colocadas na mesma posição dos homens negros, que estavam em terceiro lugar, e as mulheres negras eram as últimas (HOOKS, 2022, p. 91).

Nesse sentido, pode-se analisar que a escravização possui consequências expressivas sobre quais foram as pessoas mais prejudicadas e violentamente

exploradas pelo regime escravocrata, de fato, resultando na singularidade de ser uma mulher negra.

1.3 Embranquecimento como estratégia da marginalização das pessoas negras

Foram muitas as teorias criadas e inspiradas de outros tempos para justificar a escravização das pessoas negras, por exemplo" Aristóteles (384-322 a.C) acreditava que certas raças nasciam para a escravidão, e é muito citado para se explicar que o racismo é tão velho quanto o mundo "(CHIAVENATO, 1987, p. 150). O autor também corrobora que:

Não se admira que os beneficiários do sistema tivessem estranhos preconceitos e extravagantes conceitos sobre os negros, quando não poucos filósofos e cientistas, bitolados pelo estreitismo da época, manifestaram ideias racistas (CHIAVENATO, 1987, p. 150).

Os portugueses se apropriaram dessas ideologias racistas, seja a partir das teorias religiosas ou científicas para legitimar os preconceitos e a escravização dos negros enquanto inferiores a raça branca. Em consonância ao processo de formação social do Brasil e da formação do Estado brasileiro, houve um movimento evidentemente expressivo durante o século XIX, que foi a proposta e o embranquecimento da nação brasileira, elemento inerente ao eugenismo. Dom Pedro II tinha um amigo "O conde Arthur de Gobineau [...] autor do Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas, não só afirmava que os negros eram raça inferior como profetizou uma degeneração genética para os brasileiros em menos de 200 anos."(Chiavenato, 1987, p. 153) O conde escreveu que "[...] excluindo o imperador, "todo mundo é feio aqui, mas incrivelmente feio; como macacos" (CHIAVENATO, 1987, p. 153). O conde Arthur de Gobineau tinha enquanto teoria que "[...] a única saída do Brasil seria purificar-se com o sangue europeu, para eliminar a "mistura" do negro" (Chiavenato, 1987, p. 153). Dessa forma, a partir de ideologias como essas, justificou-se o pensamento que os negros eram inferiores aos brancos. Outro pensador, agora um autor brasileiro; Nina Rodrigues contribuiu para reforçar esses preconceitos a população negra escravizada no Brasil, em seu livro Os africanos no Brasil o autor considera que:

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestes serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (RODRIGUES, 2004, p.21 apud CHIAVENATO, 1987, p. 153).

Com isso, entende-se o quanto o processo de escravização influenciou diretamente no processo de formação social do Estado brasileiro e o quanto as ideologias do eugenismo onde determinaram que um gene é superior ao outro, assim como, a ideologia do "darwinismo social", uma teoria deturpada sobre os estudos de Charles Darwin com a teoria da evolução das espécies, um notório antiescravista "[...] foi deturpada para servir ao sistema. Os escravistas usaram a teoria para demonstrar que uma das "espécies humanas" não evoluiu - a "espécie negra". Criou-se o "darwinismo social" (CHIAVENATO, 1987, p. 152). O autor Nascimento, aborda sobre como o processo de embranquecimento do país está diretamente associado ao genocídio secular da população negra, pois:

Para a solução deste grande problema - a ameaça da "mancha negra" - já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem-de -cor, o fusco e assim por diante, mencionados anteriormente (NASCIMENTO, 2016, p. 83).

Foram essas as ideologias que estiveram presentes neste processo sócio-histórico, político e econômico da formação do Brasil, e que permeiam a atualidade. O pensamento do século XIX em embranquecer o país que foi aceito pelo Estado brasileiro e fortemente efetivado, neste período está associado ao período de abolição da escravização "Aqui se consolidavam as ideias racistas que ganharam status de verdadeira ciência no século XIX" (GONÇALVES, 2018, p. 516).

Afinal, ao pensamento eugenista dos senhores escravocratas, dos cientistas e da Igreja Católica os negros serviriam para serem escravizados mas não para serem cidadãos brasileiros a partir das ideologias de embranquecimento citadas anteriormente no texto, "[...] antes, para legitimar a escravidão; depois, para justificar a exploração de classes, que reduziu o negro a cidadão de última categoria"(CHIAVENATO, 1987, p. 155) Além disso, foram os negros e negras que promoveram as grandes riquezas dos senhores escravocratas, que dominavam a agricultura entre outros ofícios, contudo "O discurso dominante proclamava que estes(as) ex- cativos(as) não eram qualificados(as)

o suficiente para ajudarem a erguer os pilares da futura grandiosa nação capitalista" (GONÇALVES, 2018, p. 516).

Deve-se considerar que a formação social do Brasil está diretamente associada à formação da questão social⁷ no Brasil, pois possui uma particularidade vinculada ao processo de escravização, afinal a população negra foi direcionada às margens da sociedade por meio desta herança socioestrutural racista, "Da sociedade escravocrata e dessa crença, nasceu uma ideologia que deturpou a crítica social e deixou vícios culturais que justificam ainda hoje as injustiças sofridas por negros e pobres" (CHIAVENATO, 1987, p. 153).

Dessa forma, "Depois da abolição, ser negro causava um sério problema para a sociedade racista: "manchava" demograficamente a nação "(Chiavenato, 1987, p. 227), a partir disso, os senhores escravocratas precisavam encontrar formas de extinguir os negros, seja por meio da expressiva violência que os negros sofriam ou pelo viés do embranquecimento, de todas as formas, significava extermínio dos negros e negras para a conquista do avanço do Brasil. O autor Chiavenato corrobora que:

A abolição libertou o homem branco dos escravos. Não é uma frase de efeito: em 1888 o Brasil estava praticamente livre da escravidão; faltava livrar-se dos escravos. A Lei Áurea regularizou uma situação de fato. O escravismo morreu sob discursos exaltados, campanhas humanitárias e passeatas célebres, mas principalmente porque se tornou evidente, a partir de 1872 - quando em São Paulo a maioria dos trabalhadores era assalariada -, que o trabalho escravo era anacrônico (CHIAVENATO, 1987, p. 214).

Devido ao processo de abolição da escravização os negros foram sendo direcionados ao trabalho assalariado, a partir disso, "[...] as primeiras medidas para o fim da escravidão, transformando gradativamente os escravos em trabalhadores assalariados" (CHIAVENATO, 1987, p. 215). O autor Alves corrobora que:

A superação do modo de produção escravista e a transição do trabalhador escravizado para o trabalhador livre se materializaram em uma sociedade em que o racismo se tornou um elemento estruturante das divisões de classes, possibilitando a marginalização e a exclusão da população negra do mercado de trabalho assalariado e a inclusão em postos de trabalho de subsistência e informais" (ALVES, 2022, p. 214).

⁷ A questão Social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho- das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos [...] A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e do poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17)

Com isso, evidencia o quanto os negros não tinham preferências para ocuparem as vagas de trabalho, embora fossem eles os que mais conheciam da agricultura, e entre outros ofícios do país, foram excluídos desse processo de inclusão no mundo do trabalho, afinal "[...] o trabalho é uma condição necessária para a reprodução social, um direito de reprodução da vida, e a sua exclusão é a primeira negação de cidadania" (ALVES, 2022, p. 216).

Muitos imigrantes foram incentivados a virem para o Brasil, um "[...] discípulo de Gobineau, estudioso da "evolução racial" do povo brasileiro, que no seu entendimento levaria o Brasil a uma completa e bem- vinda arianização" (CHIAVENATO, 1987, p. 154) com o objetivo em promover a miscigenação, logo o embranquecimento da população brasileira, concomitantemente a isso, "A preferência pelo trabalhador imigrante consolidou o mito de que o negro era vagabundo" (CHIAVENATO, 1987, p. 215). Dessa forma, esses pensamentos deturpados de preconceitos contribuem para a manutenção do racismo contra os negros, dessa forma, "Ele ficou à margem da produção e demorou para surgir um parque industrial que absorvesse o excesso de mão de obra" (CHIAVENATO, 1987, p.215) contribuindo diretamente para a exclusão da população negra, à situações de vulnerabilidade, uma vez que eles não tinham formas para subsistirem além disso, a superexploração do trabalho das pessoas negras. Assim como, muitos ex- proprietários de escravizados contavam vantagens sobre poderem explorarem mais os negros nessa condição de livres pois "[...] com o fim do escravismo podia melhor explorar os negros. Ele pagava o "trabalho livre" com o lucro das verduras, do gado abatido"(CHIAVENATO, 1987, p. 215) já no comércio com os negros tudo era vendido a preços altos.

Dessa forma, muitos negros foram excluídos, marginalizados e conseqüentemente, não eram contratados para os trabalhos assalariados, afinal os contratantes tinham preferência aos trabalhadores imigrantes europeus, ou quando os negros tinham a oportunidade de trabalho, eram superexplorados. Além disso, devido aos preconceitos fundamentados na ideologia do darwinismo social, onde uma raça é superior a outra, foi criado um estigma que pessoas negras eram violentas, perigosos, entre outros preconceitos que o autor Chiavenato acrescenta:

[...] foram estigmatizados como incorrigíveis malandros, sub- homens perigosos para a moralidade pública. Vagando sem rumo, procurando fixar-se e repudiados, eram vítimas das autoridades e do revanchismo de antigos proprietários, que mataram muitos negros, segundo os jornais da época. O ex-escravo assumia a sua feição definitiva na sociedade brasileira: negro. Negro passou a ser marca, sinal de inferioridade que aumentou na medida do embranquecimento do país, aviltando homens e mulheres "de cor" e aumentando o número de mulatos que aspiravam à branquidão (CHIAVENATO, 1987, p. 226).

Esse movimento de exclusão das pessoas negras do trabalho gerou a divisão racial do trabalho, a partir de uma relação entre o racismo "[...] e o mercado de trabalho assalariado brasileiro foi a divisão racial do trabalho, que de forma engenhosa excluiu a população negra da formação da classe trabalhadora" (ALVES, 2022, p. 215).

Segundo o autor Alves:

Esses aportes teóricos oferecem subsídios para compreender que a gênese da divisão racial do trabalho se encontra no período escravista, mas o seu desenvolvimento encontra-se no período pós- abolição do escravismo e na consolidação do mercado de trabalho assalariado no Brasil. Portanto, carece de uma análise aprofundada para localizar a importância da divisão racial do trabalho para a formação e desenvolvimento do tipo de capitalismo em que o Brasil se inscreve (ALVES, 2022, p. 215).

De fato, o regime escravocrata contribuiu para o enriquecimento dos países hegemônicos, esse processo de dominação é denominado de capitalismo imperialista.

Lênin (2007) corrobora que:

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes, tudo isso originou os traços distintivos do imperialismo, que obriga a caracterizá-lo como capitalismo parasitário ou em estado de decomposição (LÊNIN, 2007, p. 146).

O Brasil foi e ainda é marcado pelo capitalismo dependente imposto socialmente por outras nações, desde o seu passado colonial "[...] faz parte da configuração do nosso capitalismo dependente e alimenta a divisão racial do trabalho e o racismo como forma de dominação [...] das classes trabalhadoras" (COSTA, 2017, p. 10). O autor Marini também corrobora a respeito que:

[...] a economia exportadora constitui a transição a uma autêntica economia capitalista nacional, a qual somente se configura quando emerge ali a economia industrial, e que as sobrevivências dos antigos modos de produção que regiam a economia colonial determinam todavia em grau considerável a maneira como se manifestam nesses países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente. A importância do regime de produção escravista na determinação

da atual economia de alguns países latinoamericanos, como por exemplo Brasil, é um fato que não pode ser ignorado (MARINI, 1973, p. 28).

Dessa forma, a economia brasileira foi e ainda está fadada a produzir e exportar matéria-prima, e não desenvolver uma estrutura nacional de produção, investindo cada vez mais na importação de produtos, que, conseqüentemente é prejudicial, uma vez que as importações dos produtos são compradas em valor de outras moedas mais altas, como o dólar e o euro. Evidenciar as relações contraditórias sobre a fase do capitalismo dependente possibilita a compreensão do processo de desenvolvimento do país e sua influência nas condições de trabalho da população "[...] isso significa que os salários no capitalismo dependente não dão conta (estruturalmente) de repor a força de trabalho com o mínimo para sua reprodução (ALVES, 2022, p. 218).

Trazendo para uma perspectiva da atualidade, o país está inserido no capitalismo em sua fase monopolista, que contribui para a efervescência da questão social (NETTO, 2011). É nessa fase do capital em que se acentuam o empobrecimento, o desemprego e todas as mazelas da questão social. Nessa fase monopolista do capital, ocorre a capitalização da mais-valia, pois o detentor dos meios sociais de produção divide o capital em constante e variável. O capital variável é direcionado aos pagamentos dos salários, gastos gerados pela produção e nas compras da matéria-prima utilizada. Já o capital constante será utilizado em investimentos em tecnologias, matérias-primas, aprimoramentos da empresa ou em meios de produção. Braz e Netto (2012) corroboram a respeito:

Podemos, agora, voltar ao D do nosso capitalista. A parte que ele investe em meios de produção, já o vimos, constitui o capital constante (c); a parte que investe na compra da força de trabalho, vamos denominá-la capital variável (v) - porque a força de trabalho, no processo de produção, além de reproduzir o seu próprio valor, cria um valor excedente, que se altera conforme as condições do processo de trabalho (BRAZ;NETTO, 2012, p. 114).

Com isso, cada vez que a mais-valia é capitalizada e investida para aperfeiçoamento, contratações, avanços de tecnologias e de produção, essas grandes indústrias compram as menores que não estão conseguindo realizar os avanços propostos pela era monopolista do capital. Uma das conseqüências geradas pelo capitalismo monopolista é que o monopólio desencadeado pela “livre concorrência” afeta os preços das mercadorias, e por não haver concorrência, logo, controlam os preços “[...] a tendência à equalização das taxas de lucro objetivadas no estágio

concorrencial do capitalismo, é revertida em favor dos grupos monopolistas (que extraem seus superlucros também a partir de uma dedução da mais-valia de outros grupos capitalistas)" (NETTO, 2011, p. 21).

Em consonância ao processo de formação dos monopólios, outra consequência é o desemprego em massa "Numa palavra, o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalistas" (BRAZ; NETTO, 2012, p. 147), uma vez que as empresas possuem tecnologias avançadas capazes de substituir a força de trabalho humana, ocorrendo "[...] a constituição do que Engels, inspirado pelos cartistas ingleses, designou como exército industrial de reserva⁸ [...]" (BRAZ; NETTO, 2012, p. 145). Nesse processo, há milhares de pessoas concorrendo pelo emprego "[...] tal exército é um componente necessário e constitutivo da dinâmica histórico-concreta do capitalismo" (BRAZ; NETTO, 2012, p. 145).

Isso significa uma vantagem ao capital, uma vez que a demanda por trabalho aumenta, mesmo que por salários inferiores e em condições precarizadas, o que é de fato, o trabalho, pois em sua fórmula orgânica, sem os impositivos da alienação e estranhamento, o trabalho é a transformação do homem a partir do processo metabólico de transformação da natureza em produto e do homem primitivo em ser social, opondo-se a ideologia capitalista sobre o processo de trabalho estranhado e alienado imposto socialmente na cotidianidade dos dias atuais, pois, originalmente segundo Marx (2017) o trabalho é, um processo entre o homem e a natureza, e devido a este processo o homem torna-se um ser social.

Embora deve-se realizar a leitura da totalidade sobre as estruturas sociais consolidadas durante todo o processo de construção social, econômica, política e racial do Brasil é preciso analisar as singularidades presentes nesta relação social construída ao longo da formação social do Brasil. Dessa forma, é necessário caracterizar as singularidades das pessoas negras em ocuparem os trabalhos assalariados mais precarizados desde o período da pós abolição da escravização até aos dias atuais pois

⁸ Ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontram compradores para a sua força de trabalho (BRAZ; NETTO, 2012, p.145)

"A superexploração do trabalho no Brasil é uma metamorfose do sobretrabalho escravista"(Alves, 2022, p. 218). O autor Alves também corrobora que:

"[...] a divisão racial do trabalho assumiu um importante papel: delimitar a absorção ou não da população negra nos postos de trabalho formais e assalariados, assim como garantiu as condições materiais para justificar a inserção da população negra em postos de trabalho precarizados e e subalternizados e no desemprego" (ALVES, 2022, p. 216).

De fato "[...] a divisão racial do trabalho como uma categoria de análise do racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado brasileiro, a relação das bases que modelam o sistema capitalista no Brasil com a superexploração do trabalho" (ALVES, 2022, p. 218). Contudo, considerando a necessidade do salário como forma de manutenção da vida, em todas as suas esferas materiais e concretas, os trabalhadores se vêem obrigados a vender seu único meio de subsistir: sua força de trabalho, mesmo em condições de superexploração, "A superexploração do trabalho é uma forma específica de extração de mais- valia, a qual permite remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor, violando estruturalmente o valor da força de trabalho" (ALVES, 2022, p. 218).

II - CAPÍTULO: A INTERSECCIONALIDADE DA DIVISÃO SOCIOSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO NA SINGULARIDADE DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

A CARNE

Vamos pedir pra Santa Clara clarear
 Vou pedir Santa Clara para me ajudar”
 A carne mais barata do mercado
 É a carne negra
 A carne mais barata do mercado
 É a carne negra
 Que vai de graça pro presídio
 E para debaixo do plástico
 E vai de graça pro subemprego
 E pros hospitais psiquiátricos
 A carne mais barata do mercado
 É a carne negra
 Que fez e faz história
 Segurando esse país no braço, meu irmão
 O cabra aqui, não se sente revoltado
 Porque o revólver já está engatilhado
 E o vingador eleito
 Mas muito bem intencionado
 E esse país vai deixando todo mundo preto
 E o cabelo esticado
 Mas mesmo assim, ainda guarda o direito
 De algum antepassado da cor
 Brigar sutilmente por respeito
 Brigar bravamente por respeito
 Brigar por justiça e por respeito (Pode acreditar)
 De algum antepassado da cor
 Brigar, brigar, brigar, brigar
 A carne mais barata do mercado
 É a carne negra, negra, negra, carne negra (Pode acreditar)
 (Elza Soares)

2.1 A análise da categoria trabalho na sociabilidade capitalista da acumulação

Neste capítulo, debateremos sobre a interseccionalidade da divisão sociosexual e racial do trabalho na singularidade da superexploração do trabalho das mulheres negras e catadoras de materiais recicláveis. Para isso, faremos uma breve análise sobre o trabalho em sua fórmula orgânica, resgatando alguns pontos já mencionados no capítulo anterior deste trabalho, com o objetivo de enfatizar a influência do capitalismo em transmutar o trabalho orgânico de transformação do ser social, para o trabalho estranhado e alienado.

De acordo com Marx (2017), o trabalho orgânico é o trabalho natural, sem as interferências do capitalismo, que promove a transformação da matéria prima - a natureza -, pela ação do homem. Durante esse processo metabólico, ocorre a transformação social do homem em sua própria natureza a partir do trabalho. Marx (2017) define:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2017, p. 255).

Outro elemento importante para compreender é o processo de distanciamento da transformação do homem através do trabalho, pois, com a instituição da propriedade privada, uma lógica do sistema capitalista, "[...] a propriedade introduz a diferença entre meios sociais de produção (condições e instrumentos de trabalho) e forças produtivas (o trabalho) e subordina estas últimas aos primeiros" (CHAUÍ, 2013, p. 36).

Afinal, ao longo da história da humanidade, os seres humanos têm encontrado formas para sobreviver e constituir relações sociais, sejam elas para sobreviver ao meio ou por questões afetivas. No entanto, a partir do momento em que um determinado grupo ou indivíduo institui que aquele espaço é seu, instituindo o conceito da propriedade privada, "Está em processo o aparecimento da propriedade privada capitalista" (CHAUÍ, 2013, p. 43), em que ocorre a segregação do que antes era de todos, tornando de uso exclusivo individual "[...] o surgimento da propriedade privada

da terra destrói o direito natural e instaura a violência entre proprietários e não proprietários" (CHAUÍ, 2013, p. 31). Ainda, contribui que:

O surgimento da propriedade privada da terra instaura a desigualdade e, com ela, a guerra de todos contra todos, exigindo, ao fim e ao cabo, o contrato social para que se possa viver em paz. Com o contrato tem início o estado de sociedade e, com ele, o Estado ou a autoridade das leis (CHAUÍ, 2013, p. 31).

Nesse sentido, a partir da longa trajetória de mudanças sociais na historicidade, ocorre uma determinada distinção entre os grupos sociais: os que possuem mais condições para produzir e subsistir, e os grupos que ficam à mercê daqueles com mais infra-estruturas. Instituído uma diferença entre os grupos sociais, promovendo, a partir dessa relação, uma determinada desigualdade social.

Outro fator importante é que, à medida em que um grupo social se sobressai em relação aos outros, promovendo a divisão social do trabalho⁹, "A divisão entre proprietários e não proprietários determina não só a divisão social do trabalho, mas também a distribuição dos produtos de trabalho" (CHAUÍ, 2013, p. 37). Com isso, esse grupo terá mais condições materiais e sociais para instituir determinadas normas inseridas na relação de contrato social¹⁰. Chauí (2013) contribui sobre a temática, ao afirmar que:

Isso significa que o detentor da propriedade dos meios sociais de produção (condições e instrumentos de trabalho) tem o poder para organizar a forma da sociedade (instituir regras, normas, leis e valores que regem as relações sociais) porque tem o poder para determinar a forma do trabalho (comandar as forças produtivas) e a do consumo dos produtos (quem recebe o quê) (CHAUÍ, 2013, p. 37).

Outro fator fundamental para o distanciamento do trabalho em sua fórmula orgânica é a implementação do sistema capitalista, o sistema econômico que utiliza da exploração da força de trabalho assalariada para obter-se a mais-valia. Chauí (2013) corrobora que:

⁹ A divisão social do trabalho não é uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação da existência de uma outra divisão, advinda do surgimento da propriedade como posse das condições do trabalho (por exemplo, a terra e as águas) e dos instrumentos do trabalho (por exemplo, o arado, a pá, a enxada, a foice, o martelo, o moinho). Aos poucos, a propriedade das condições e dos instrumentos do trabalho separa-se do próprio trabalho, ou seja, distinguem-se proprietários das condições e instrumentos de trabalho, de um lado, e não proprietários, de outro (CHAUÍ, 2013, p. 36).

¹⁰ Contrato social, pelo qual renunciam fazer dano uns aos outros e aceitam transferir o poder a um terceiro: o soberano ou o Estado, com o qual nasce o direito conforme às leis, isto é, o Direito civil (CHAUÍ, 2013, p. 37).

A forma da propriedade capitalista possui características inéditas, porque realiza, pela primeira vez na História, a separação integral entre os proprietários privados dos meios sociais de produção e as forças produtivas, isto é, entre a propriedade privada das condições e instrumentos de trabalho e o próprio trabalho (CHAUÍ, 2013, p. 44).

O sistema capitalista irá se utilizar da força de trabalho desse trabalhador que deixou de possuir, ao longo da historicidade, os meios sociais de produção, e passa a ter somente sua força de trabalho para subsistir "[...] o trabalhador é economicamente explorado, seu salário servindo apenas para seu sustento e de sua família e, portanto, para reproduzir sua força de trabalho" (Chauí, 2013, p. 48).

Dessa forma, o sistema aproveitará a vulnerabilidade da força de trabalho disponível no mercado para criar os valores dos salários, "[...] o salário não paga efetivamente o tempo gasto pelo trabalhador nessa produção, mas apenas uma pequena parte desse tempo" (CHAUÍ, 2013, p. 47), que apenas serve para a classe trabalhadora subsistir. Sobre isso, acrescenta:

[...] o capitalismo introduzira uma figura social nova: O trabalhador assalariado, expropriado de todo e qualquer meio de produção (não possui a propriedade de nenhuma das condições de produção, de nenhum instrumento de produção ou de trabalho nem de parcela alguma do produto). Trata-se do trabalhador ao qual restou uma única propriedade, sua força de trabalho, que ele vende ao proprietário privado dos meios sociais de produção' (CHAUÍ, 2013, p. 45).

A organização da sociabilidade capitalista é dividida a partir de duas classes sociais fundamentais: a burguesia, enquanto a classe social que irá deter a propriedade privada dos meios sociais de produção e a mais-valia socialmente produzida, e o proletariado, que somente possui sua força de trabalho para subsistir. Além disso, "Marx e Engels observaram que, a cada modo de produção, a mudança das relações sociais faz com que a sociedade se organize de maneira diferente e a consciência dos seres humanos se transforme" (CHAUÍ, 2013, p. 49). A autora também corrobora que:

Essas transformações constituem a maneira como, em cada época, a consciência social interpreta, compreende e representa para si mesma o que se passa nas condições materiais de produção e reprodução da existência, isto é, o que se passa na sociedade. Essa interpretação, porém, não coincide com a totalidade dos membros da sociedade, mas é feita e difundida pela classe dominante. Ou seja, as ideias de uma sociedade são as de sua classe dominante e inculcadas por ela nas demais classes sociais (CHAUÍ, 2013, p. 50).

Os fatos socializados, no início deste segundo capítulo, são importantes para subsidiar a compreensão da particularidade do trabalho durante o processo da

formação da sociabilidade brasileira. Afinal, deve-se ser considerado o período de escravização e, principalmente, o período de abolição da escravização enquanto gênese do trabalho explorado na lógica do sistema capitalista.

Resgatando o debate feito no capítulo anterior, é importante considerar a segregação das pessoas negras na composição da classe trabalhadora brasileira assalariada, a partir da abolição da escravização, pois, durante o período de escravização, elas não eram consideradas seres humanos pela consequência da lógica do sistema escravocrata. Chauí (2013) acrescenta que:

Todavia, os escravos não eram considerados humanos propriamente ditos, e sim instrumentos de trabalho, estando situados muito mais como meios sociais de produção do que como força produtiva (CHAUÍ, 2013, p. 44).

Ademais, durante o período de abolição da escravização, essa visão racista não foi substituída. Alves (2022):

O racismo assumiu papel social, ideológico e político no mercado de trabalho brasileiro, e serviu para demarcar o lugar das(os) trabalhadoras(es) negras(os) na sociedade capitalista, sedimentando a divisão racial do trabalho no Brasil (ALVES, 2022, p. 216).

Além da divisão racial do trabalho enquanto fundamento para compreensão do trabalho explorado no Brasil, deve-se considerar as singularidades deste trabalho de forma interseccional, que na sociabilidade brasileira, terá uma divisão sociosexual e racial do trabalho, pois "Analisar a exploração do capital sobre força de trabalho exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher" (CISNE, 2015, p. 119), e no Brasil, sobretudo, na perspectiva racial. Nogueira *et al.* (2021) corrobora sobre, dizendo que:

Seguindo com Saffioti, na relação de exploração/opressão presente na sociedade capitalista, existem três projetos, são eles: "o projeto da burguesia, que visa a dispor como lhe aprouver da classe trabalhadora; o projeto dos homens, cujo o objetivo consiste em subordinar as mulheres; e o projeto dos brancos de manter sua supremacia, no caso do Brasil, face aos negros" (NOGUEIRA, ET. AL, 2021, p. 3).

2.2 A divisão sociosexual e racial do trabalho: um debate interseccional

A partir da análise crítica sobre a formação social do Brasil e a instauração do sistema capitalista que conserva as estruturas enraizadas da sociabilidade brasileira,

como o racismo, sexismo e o patriarcado irão existir, então, particularidades sobre o modo do trabalho, nessa perspectiva.

Com isso, a partir da interseccionalidade¹¹, enquanto instrumento de análise das estruturas sociais expressivas no modo de produção e reprodução do trabalho, como o racismo, a questão de gênero, o sexismo, a classe e o patriarcado, que não podem ser analisadas de formas isoladas. É preciso analisar todos esses aspectos presentes na estrutura social brasileira de forma interseccional, para compreender de forma crítica a particularidade do trabalho na sociabilidade brasileira.

Desse modo, a fim de iniciar a discussão deste eixo, realizaremos uma reflexão crítica sobre a divisão sexual do trabalho, sendo "A divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho" (CISNE, 2015, p. 117). Cisne (2015) acrescenta:

Essa divisão segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos. O acesso das mulheres às profissões adequadas ao sexo feminino, todavia, não se desenvolve naturalmente. Uma prova de que a divisão sexual do trabalho não resulta da existência de uma essência feminina ou masculina, é saber que uma atividade especificamente masculina em uma sociedade pode ser especificamente feminina em outra (CISNE, 2015, p. 117).

Devido à ideologia patriarcal, as meninas possuem uma educação sexista¹², em que mulheres e homens terão uma educação distinta, cabendo à elas acreditarem que possuem características de cuidado mais presente do que os homens e, por isso, justificar os trabalhos que as mulheres deveriam realizar por terem mais aptidão, dessa forma, criando um modelo de mulher fundamental para o cumprimento dos interesses do capital.

¹¹ A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 apud HIRATA, 2014, p. 62-63)

¹² A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcal capitalista (CISNE, 2015, p. 118).

Principalmente, porque foram as mulheres que ocuparam os trabalhos domésticos que possibilitaram a reprodução da força de trabalho para o capital, "[...] compreendendo como o capital se apropria do trabalho feminino, tanto no âmbito da reprodução como da produção social" (CISNE, 2015, p. 119).

Outro fator importante, a partir da análise crítica da divisão sexual do trabalho, "[...] implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres [...]" (CISNE, 2015, p.120). Ademais, Antunes, também corrobora que:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (ANTUNES, 1999, p. 108-109).

Dessa forma, o capital se apropria de pilares já existentes no modo de relações sociais, e dos que se enraizaram a partir da sua gênese, como o patriarcado e, conseqüentemente, a educação sexista e o machismo, utilizando desses elementos em benefício próprio para lucrar ainda mais com o trabalho não pago que as mulheres desenvolvem ao longo dos anos para a manutenção da reprodução do trabalho, mantendo os mesmos padrões altos de lucratividade.

Pois, "Sabendo que o Estado em questão é capitalista, percebe-se que a cultura de subordinação da mulher encontra-se diretamente relacionada com a manutenção e reprodução do capital" (CISNE, 2015, p. 123-124). Cisne (2015), ainda, acrescenta que:

Sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicaram em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital (CISNE, 2015, p. 124).

A partir dessa relação, em que o Estado se apropria dos elementos sociais presentes na estrutura social, além do patriarcado e do machismo, o capitalismo se apropria do racismo, herança do colonialismo, um elemento social expressivamente marcante na sociabilidade brasileira, afinal, "O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades, apropria-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como as decorrentes do patriarcado e do racismo" (CISNE, 2015, p. 124). Nogueira (2021), *et al.*, complementa que:

É verdade que esta realidade além de contemplar exploração, opressão e racismo, aliás, como frequentemente ocorre em todos os lugares onde os interesses do sistema do capital estão presentes, ainda se impõe um enorme peso sobre as mulheres pela manutenção da família nuclear, o que conseqüentemente altera sua situação no espaço produtivo (NOGUEIRA, *et al.*, 2021, p. 3).

Conforme dito anteriormente, o capitalismo se apropria da questão de classe, do racismo estrutural e do machismo, promovendo a manutenção desses preconceitos para benefício próprio. Afinal, esses elementos da sociabilidade "[...] constituem eixos estruturantes da sociedade".

Estes eixos, tomados isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história (NOGUEIRA, *ET AL.*, 2021, p. 3-4). Além disso, Cisne (2015), complementa a respeito da hierarquização dos homens sobre as mulheres, inserindo-as neste espaço de subordinação:

Com isso, "refuncionaliza", por exemplo, as subordinações e desvalorização das mulheres e da população negra para atingir maiores lucros com a superexploração das suas forças de trabalho, geralmente, precarizadas e mal remuneradas" (CISNE, 2015, p. 124).

Partindo da análise interseccional, como ferramenta para agrupar os elementos sociais individuais e que possuem similaridades e devem ser articulados juntos, pois, embora a discussão sobre a divisão sexual do trabalho contribua para o entendimento da questão das mulheres no mercado de trabalho, ela, sozinha, não consegue trazer os elementos sociais que também são expressos no trabalho cotidiano da sociabilidade brasileira.

Assim, "Quando tratamos da divisão sociosexual do trabalho sem racializar as relações sociais estamos fragmentando a análise, homogeneizando as mulheres e colocando-as nas mesmas condições"(NOGUEIRA, *et al.*, 2021, p. 1).

Conforme debatido no primeiro capítulo deste trabalho, a escravização foi a gênese do racismo na sociabilidade brasileira, e a partir da abolição da escravização, surge a divisão racial do trabalho. Dessa forma, não se pode excluir da análise crítica sobre o trabalho na sociedade brasileira. Gonzalez (2020) complementa a respeito:

[...] nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal?” (GONZALEZ, 2020, p. 85).

Desse modo, é necessário trazer a discussão interseccional, sobretudo, das particularidades expressas no trabalho, na formação social do Brasil, como, por exemplo, o racismo e a questão de classe. Dessa forma, para realizar uma análise mais qualitativa e crítica sobre os elementos sociais que compõem a particularidade do trabalho na sociabilidade brasileira, relacionamos a categoria da divisão sociosexual e racial do trabalho¹³. Nogueira (2021), *et al.* debate, em complemento a isso que:

Quando realizamos uma análise que parte das relações de gênero e raça para compreendermos os efeitos da divisão sociossexual e racial sobre o mercado de trabalho, identificamos uma grande desigualdade no que diz respeito à relação entre homens e mulheres e mulheres brancas e mulheres negras. Cabe assinalar que essas desigualdades resultam do racismo e do patriarcado, uma vez que ambos podem ser definidos como ideologias de dominação que compõem a formação social brasileira (MOURA, 1994; SAFFIOTI, 1976, apud NOGUEIRA, et al., 2021, p. 2).

Torna-se urgente o debate sobre as condições de trabalho na sociabilidade brasileira a partir do debate racial, afinal, entre as próprias mulheres, existem particularidades que devem serem explicitadas devido ao processo de escravização que, a partir da historicidade, ocorre uma hierarquização das mulheres brancas sobre as mulheres negras, "Isto significa que entre as próprias mulheres também ocorre uma hierarquização da distribuição dos poderes e dos acessos" (NOGUEIRA, et al., 2021, p. 1).

A fim de alcançarmos uma compreensão crítica sobre a totalidade, sobretudo, nas particularidades das relações sociais construídas ao longo da historicidade na

¹³ A divisão sociosexual e racial do trabalho não é um fenômeno que está restrito à realidade brasileira, ele faz parte dos pilares do modo de produção capitalista e tem expressões particulares nas formações sociais dos estados modernos (NOGUEIRA, et al., 2021, p. 1)

sociabilidade brasileira de forma interseccional, debateremos sobre como as mulheres negras foram associadas de forma pejorativa, desde a escravização ao processo de abolição, no século XIX.

Ressalta-se que, enquanto as mulheres brancas lutaram por direitos de igualdade, voto, direito de trabalhar, melhorias nas condições de trabalho, entre outros direitos legítimos e urgentes, as mulheres negras estavam sendo escravizadas e desenvolvendo atividades nos mesmos níveis que os homens negros desenvolviam, pois, "[...] afirma que para as mulheres negras o trabalho nunca pode ser uma escolha, para ela o espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão que vem com a escravidão" (DAVIS, 2016, apud ROMÃO, 2022, p. 44).

Contudo, ainda havia a particularidade de serem "mulheres, dessa forma, também sofriam expressivamente pelo sexismo do patriarcado, que, por sua vez, é violento, como o estupro de seus corpos conforme, já socializado no primeiro capítulo desse trabalho.

As aspas trazidas na palavra mulheres, na frase anterior deste texto, é uma entonação crítica, pois, por muitos anos, as mulheres negras não ocuparam esse espaço socialmente estabelecido e instituído pelo patriarcado, sobre ser "mulher". Ramão (2022), acrescenta sobre:

Sendo assim, quando alguém olha para uma mulher negra ela não é vista como mulher, nem como negra, ela é desde o primeiro olhar identificada como uma mulher negra e isso traz vivências específicas para a forma como ela irá transitar na sociedade (ROMÃO, 2022, p. 47).

Afinal, as mulheres negras escravizadas não eram colocadas nesse lugar de frágeis como as mulheres brancas foram colocadas pelo patriarcado, na perspectiva do capitalismo. A partir disso, o desenvolvimento do trabalho, na perspectiva das mulheres negras, irá apresentar particularidades expressivas, fruto do processo de construção sócio histórico no Brasil. "Nesse sentido, destacamos que as relações sociais no Brasil foram constituídas e assentadas na exploração e desigualdade de classe, e nas opressões de gênero e raça/etnia (PASSOS, NOGUEIRA, 2018, apud, NOGUEIRA, et al., 2021, p .2).

"Torna-se fundamental afirmar que os processos sociais realizados destinam às mulheres negras funções e atribuições que são vinculadas à servidão" (Nogueira, et al.,

2021, p. 2). Nessa perspectiva, Gonzalez (2018) traz considerações sobre a complexidade na sua identificação enquanto mulher negra nessa sociabilidade:

Quando falo de experiência, me refiro a um processo difícil de aprendizado na busca de minha identidade como mulher negra, dentro de uma sociedade que me oprime e discrimina precisamente por causa disso. Mas uma questão de ordem ético-política é imposta imediatamente. Não posso falar na primeira pessoa do singular, de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me aos ameríndios e aos africanos, subordinados a uma latinidade que legitima sua interiorização (GONZALEZ, 2018, p. 308 apud ROMÃO, 2023, p. 47).

Dessa forma, para haver um debate mais qualitativo sobre as relações sociais de trabalho na sociabilidade brasileira, deve-se partir da relação intrínseca ao debate da divisão sociossexual e racial do trabalho, como forma de compreender amplamente as relações sociais presentes nas estruturas da sociabilidade, enraizadas no capitalismo e expressas pelas particularidades do trabalho precarizado no Brasil. Assim, Nogueira (2020), *et al.*, contribui:

Por isso é imprescindível que esteja presente na luta por uma divisão sociossexual e racial do trabalho igualitária, o combate da opressão masculina sobre a feminina, o combate ao racismo e à superação da relação de exploração do capital/ trabalho. Além de que, "o gênero, a raça/ etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade". Estes eixos, tomados isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história (NOGUEIRA, *et al.*, 2020, p. 3-4).

Dessa forma, "[...] uma nova divisão sociossexual e racial do trabalho nas esferas produtivas e reprodutivas é profundamente necessária" (Nogueira *et al.*, 2020, p. 4). Contudo, o sistema econômico vigente utiliza da própria precariedade das condições de trabalho para acumular mais lucros, com isso, "[...] não é do interesse do capital uma metamorfose na divisão social, sexual e racial do trabalho" (NOGUEIRA, *et al.*, 2020, p. 4).

Assim como não seria vantajoso ao capital "[...] alterar a estrutura hierárquica presente na família patriarcal ou mesmo romper com a lógica racista, capaz de alcançar a tão almejada emancipação humana" (NOGUEIRA, *et al.*, 2020, p. 4).

2.3 A superexploração do trabalho das mulheres negras: um panorama geral do trabalho enquanto catadoras de materiais recicláveis

A superexploração do trabalho no Brasil possui particularidades devido ao processo de formação sócio histórica do país, "Portanto, a superexploração do trabalho e o racismo condicionam as(os) trabalhadoras(es) negros no desemprego, subemprego, precarização do trabalho, adoecimentos decorrentes do trabalho e da violência racista, assim como na pobreza (ALVES, 2022, p. 218). Soares (2022), acrescenta:

Portanto, a superexploração da força de trabalho deve ser entendida como uma expropriação que ocorre sob distintas formas, como as mencionadas acima, mas destacamos que quando a superexploração ocorre mediante o prolongamento da jornada de trabalho, assim como por meio do aumento da intensidade além dos limites normais, podemos identificar as suas formas mais brutais como nas jornadas exaustivas da escravidão contemporânea (SOARES, 2022, p. 116).

Ademais, somados todos os elementos socializados neste trabalho, nota-se que, ao analisar a totalidade das relações sociais, pode-se compreender as particularidades que compõem a formação sócio histórica, cultural e econômica do Brasil.

Desse modo, ocorrem expressões particulares devido ao processo social de formação. Assim como, ao analisar as particularidades do trabalho precarizado no Brasil, é possível identificar algumas singularidades, pois, a população negra foi direcionada aos trabalhos precarizados, a partir da abolição da escravização, por meio dos trabalhos assalariados, ocorrendo a divisão racial do trabalho, devido a exclusão desse grupo social no reconhecimento enquanto classe trabalhadora.

Conseqüentemente foram direcionados às margens da sociabilidade e sujeitos aos trabalhos superexplorados, pois, "A superexploração do trabalho no Brasil é uma metamorfose do sobretrabalho escravista" (ALVES, 2022, p. 218). A população negra está inserida nos grupos mais vulnerabilizados da sociabilidade.

Como forma de explicitar esta questão, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), e por pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), recentemente divulgadas no portal Fundação Getúlio Vargas (FGV), demonstram um panorama do cenário do desemprego no Brasil.

Em conformidade ao debate realizado neste capítulo, os dados que chamam a atenção para serem socializados são aqueles que mencionam que "Pretos e pardos ainda são maioria entre os desalentados, desempregados e informais. 61,3% dos trabalhadores que ganham até dois salários-mínimos são pretos e pardos" (PORTAL FGV, 2022). Com isso, evidenciamos o quanto a população negra está inserida nas

expressões da questão social, neste caso, no desemprego.

Ademais, no que diz respeito à marginalização socioeconômica das mulheres negras, os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, no ano de 2019, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza, em contraponto com as casas chefiadas por mulheres brancas, que cai para 39,6% (IBGE, 2019).

Retomando a questão do trabalho precarizados ser ocupado, historicamente, pela população negra no Brasil, afinal, existem singularidades do trabalho superexplorado na perspectiva da divisão sociossexual e racial do trabalho, pois, "Os componentes histórico-estruturais da escravidão colonial e do patriarcado atingem brutalmente a vida cotidiana das mulheres negras trabalhadoras [...]" (SOARES, 2022, p. 133).

São esses os "[...] elementos fundamentais para a manutenção da ordem capitalista, especialmente, em países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil" (Soares, 2022, p.134). trabalho superexplorado das mulheres negras tem sido utilizado desde o período da escravização até aos dias atuais. Soares (2022) complementa:

Nesse sentido, é crucial destacarmos como, na história do processo da formação econômico-social brasileira, as mulheres negras foram fundamentais no estabelecimento da força de trabalho nacional. Até porque, para as mulheres negras, o trabalho sempre foi uma realidade, seja no período da escravidão colonial seja no capitalismo dependente, onde, neste último, a força de trabalho é expropriada duplamente. Portanto, outro elemento de diferenciação étnico-racial entre as mulheres é que os corpos e as vidas das mulheres negras sempre estiveram no espaço público, inclusive na construção política das classes trabalhadoras brasileiras (SOARES, 2022, p. 134).

Dessa forma, as mulheres, ao longo da historicidade, sobretudo, inseridas nesse processo de construção social do Brasil, estiveram direcionadas ao trabalho de servidão para a reprodução social do trabalho e ocupando trabalhos superexplorados. Desse modo, "Não à toa os dados do mundo do trabalho demonstram que negros e negras permanecem majoritariamente como as franjas mais mal remuneradas das classes trabalhadoras brasileiras [...]" (SOARES, 2022, p. 211).

É importante ressaltar que a superexploração da força de trabalho está associada às metamorfoses do mundo do trabalho, além disso, o capitalismo se apropria da precarização do trabalho de forma substancial na promoção do acúmulo

expressivo da mais-valia. Além disso, Silva (2014), também contribuiu:

As novas configurações no mundo do trabalho reafirmam e difundem situações precárias anteriores, porém legitimadas. Uma inserção laboral diferenciada tanto no que diz respeito aos salários, quanto ao acesso a benefícios; que nega direitos, precariza vínculos sociais e compromete a estabilidade no emprego. Relações de trabalho e no trabalho são marcadas pela imprevisibilidade, impactando negativamente a vida dos trabalhadores, sobretudo em determinados setores e categorias profissionais, restando a esses grupos vulneráveis privação econômica e segregação socioespacial. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo no final do século XX, possibilitaram o aumento do poder econômico de camadas privilegiadas, bem como novos sistemas alternativos de produção e controle do trabalho. No entanto, percebe-se também o aprofundamento das desigualdades sociais e de processos de exclusão, contribuindo assim para um maior distanciamento entre proteção social e inserção laboral (SILVA, 2014, p. 249).

Em complemento "Cresce o número de trabalhadores na condição de "prestadores de serviços" sem vínculo empregatício, nem estabilidade, despojados de segurança e proteção social" (SILVA, 2014, p. 249). É justamente nesta configuração do trabalho precarizado, seja pelas más condições de trabalho, pelas desproteções sociais ou pela superexploração do trabalho, que os trabalhadores de materiais recicláveis se expressam nas expressões da questão social.

São pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, e, conseqüentemente, empobrecidas. Além disso, "[...] estão intimamente interligadas com outras expressões da questão social: a baixa escolaridade, as diversas formas de violência [...]" (FERREIRA, et al., 2023, p. 3). Silva (2014), acrescenta sobre a relação social, em que os catadores de materiais recicláveis estão inseridos:

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis se inserem neste contexto. Desprovidos da qualificação exigida e excluídos do mercado de trabalho formal são estigmatizados por viverem em condições precárias alheias aos padrões de sociabilidade estabelecidos pelas classes privilegiadas e dependentes de serviços sociais. Vistos como perigosos, são superexplorados como mão de obra barata e, em muitos casos, pobres urbanos objetos de ações sociais direcionadas, muitas vezes, à contenção de supostos efeitos negativos dessa economia e não na resolução da matriz geradora de desigualdade social, subdesenvolvimento e subcidadania (SILVA, 2014, p. 249).

Faz-se necessário, a respeito do trabalho precarizado dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, a análise de conjuntura a partir da divisão racial do trabalho, pois, é a partir do movimento abolicionista no Brasil, que a população negra será direcionada de escravizados para cidadãos marginalizados. Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos pelas pessoas negras ao longo da historicidade do Brasil, têm

sido os trabalhos precarizados de superexploração da força de trabalho. Silva (2014) acrescenta que:

Nesta lógica é possível compreender a histórica exclusão na qual esses homens e mulheres - catadores e catadoras de recicláveis - ainda se encontram. Pobreza e marginalidade social que historicamente têm reafirmado o abandono tanto por parte dos antigos senhores de engenhos e de escravos, quanto das instituições sociais e políticas (SILVA, 2014, p. 249).

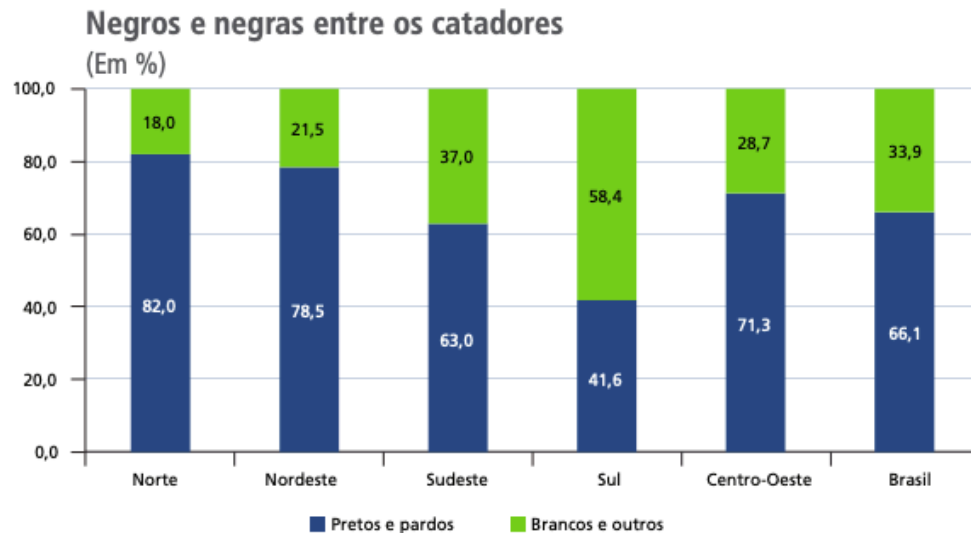
Com isso, justifica-se o quanto o processo sócio histórico da formação social, econômica e cultural do Brasil, e da herança do racismo estrutural, influenciam na singularidade das(os) trabalhadoras(es) que ocupam o trabalho precarizado.

Analisar a organização do trabalho de coleta de materiais recicláveis, é aproximar-se da particularidade da superexploração da força de trabalho das pessoas negras, ao passo que, "Mais de dois terços desses trabalhadores e trabalhadoras da coleta e reciclagem de resíduos sólidos são negros e negras, conforme estudo do Ipea (SILVA, GOES e ALVAREZ, 2013, apud FERREIRA, et al., 2023, p.4), devido à herança do racismo estrutural enraizado na sociabilidade brasileira. Isso, porque:

O trabalho da reciclagem é considerado por muitos, asqueroso e degradante, pois remete ao que é "sujo". Esses trabalhadores, em sua maioria afrodescendentes, nem chegaram a se integrar no mercado de trabalho formal, sempre estiveram e ainda continuam excluídos das oportunidades. Ainda nesta reflexão, vale ressaltar também que as condições de trabalho e moradia desses trabalhadores estão relacionadas e remete à compreensão da divisão social do trabalho (SILVA, 2014, p. 250).

Conforme o gráfico 1, pode-se compreender que a maioria das pessoas que trabalham com a coleta de materiais recicláveis, um trabalho precarizado, é a população negra.

Gráfico 1 – Negros e negras entre os catadores (em %)



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a).

Em conformidade a informação anterior, trazida no gráfico 1, a partir da pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, também evidencia em dados quantitativos sobre o perfil majoritário dos trabalhadores de coleta de materiais recicláveis, serem as pessoas negras, pois:

Já quanto à questão racial entre as pessoas que trabalham com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos no Brasil, os dados mostram que a participação de negras e negros representa 66,1% do total. Ou seja, duas em cada três pessoas que exercem essa atividade se identificam como negras e negros. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o percentual dessa parcela da população na atividade de catação é superior ao de negras e negros (pretas/os e pardas/os) na população brasileira total, que é de 52%. O maior percentual de negros entre esses profissionais está no Norte, com 82,0%, e o menor no Sul, com 41,6% (IPEA, 2013).

Além disso, considerando a análise sobre a categoria da divisão sociosexual e racial do trabalho de forma interseccional, nota-se que as mulheres negras têm sido maioria no direcionamento deste trabalho. Junto disso, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) declara que:

As estimativas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) indicam o número de 800 mil trabalhadores em atividade hoje no Brasil, entre os quais 70% seriam mulheres. A estimativa é compatível com os dados do IPEA quando considerada as trabalhadoras que estão organizadas em cooperativas e associações, a maior parte é negra ou parda, segundo o IPEA (IPEA, 2014)

Em conformidade com os elementos apresentados neste segundo capítulo, pode-se compreender que, devido ao processo de formação sócio histórica, cultural e

econômica do Brasil, o trabalho se expressará de forma particular, considerando todas as estruturas sociais, como o sistema capitalista, a manutenção dos preconceitos, seja ele, de gênero, raça e/ou de classe.

Dessa forma, fez-se necessário, a análise deste trabalho a partir da divisão sociosexual e racial do trabalho, como forma de compreender o perfil dos trabalhadores que mais estão inseridos nesta lógica do trabalho precarizado e superexplorado, que, no Brasil, será na singularidade da mulher negra, em ocupar esses espaços.

III - CAPÍTULO: A MATERIALIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES NEGRAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM FRANCA-SP

15 de julho de 1995

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida.

Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne, 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se.

Passei o dia indisposta. Percebi que estava resfriada. A noite o peito doía-me. Comecei tussir. Resolvi não sair a noite para catar papel. Procurei meu filho João José. Ele estava na rua Felisberto de Carvalho, perto do mercadinho. O ônibus atirou um garoto na calçada e a turba afluíu-se. Ele estava no núcleo. Dei-lhe uns tapas e em cinco minutos ele

chegou em casa.

Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até as 11 horas, um certo alguém. Ele não veio. Tomei um melhoral e deitei-me novamente. Quando despertei o astro rei deslisava no espaço. A minha filha Vera Eunice dizia: — Vai buscar água mamãe!

(Carolina Maria de Jesus)

Neste último capítulo, socializaremos a materialização da pesquisa, a partir da metodologia qualitativa proposta, ou seja, as entrevistas. Elas foram realizadas com onze mulheres catadoras de materiais recicláveis da cooperativa COOPERFRAN, no município de Franca. Dessa forma, nos propomos a debater acerca do trabalho superexplorado, no recorte do trabalho desenvolvido por mulheres catadoras de materiais recicláveis. Como forma de contextualização sobre o trabalho supracitado, no Brasil, torna-se necessário dissertar brevemente sobre o processo de formação das cooperativas e o perfil de trabalhadores desta categoria. Em conformidade aos elementos trazidos nos capítulos anteriores deste trabalho, foi a partir da abolição da escravização que as pessoas negras passaram de escravizadas para cidadãos marginalizados, conforme elucidado.

É a partir desse processo histórico que surge a divisão racial do trabalho, e também foi nessa perspectiva que muitas pessoas negras foram direcionadas aos trabalhos mais precarizados e superexplorados, “na visão de Silva (2008) e Silva (2014), esses homens e mulheres sempre foram excluídos do mercado de trabalho, pois no nascedouro da nova ordem socioeconômica se viram entregues à própria sorte” (SILVA, 2014, p. 249).

3.1 Uma breve contextualização sobre a formação da categoria das(os) trabalhadoras(es) de materiais recicláveis no Brasil

A historicidade, da formação social, cultural, econômica e política da sociedade brasileira esteve relacionada, intrinsecamente, ao processo de escravização das pessoas negras. Assim como durante o século XIX, “[...] os serviços de coleta de lixo e de outros rejeitos eram atribuídos à população negra, de escravos e ex-escravos, o que reflete o processo histórico de construção das desigualdades sociais, econômicas e raciais em nossa sociedade” (FERREIRA et al., 2023, p. 4). Assim como durante a

escravização, também eram os negros que realizavam esse trabalho. "Nos cuidados com o lixo, no Brasil, os escravos conhecidos como 'tigres' ou 'cabungos', transportavam as imundícies das casas [...]" (CRUZ, 2016, p. 39-40 apud FERREIRA, et al., 2023, p. 4).

Nesse sentido, a população negra, historicamente, tem sido direcionada às margens da sociabilidade capitalista. Durante os últimos anos, devido ao evidente crescimento das expressões da questão social a partir da implementação do capitalismo monopolista, a partir do século XX, muitas pessoas foram substituídas e direcionadas ao exército industrial de reserva, em que "[...] o desemprego, a informalidade e a precarização do emprego se inserem na dinâmica da modernização" (Silva, 2014, p. 249). Ferreira, *et al.* (2023) elucidam:

Percebe-se que os catadores e as catadoras de materiais recicláveis compõem a parcela excedente para as necessidades médias de exploração do capital, o chamado "exército industrial de reserva", parte de uma superpopulação relativa, estagnada, constituída por trabalhadores e trabalhadoras em ocupações precárias, irregulares, que estão fora dos empregos formais (SIQUEIRA, 2015 apud FERREIRA, et al., 2023, p. 4).

Dessa forma, o trabalho tem sido cada vez mais disputado pela classe trabalhadora, pois, "[...] o desemprego torna-se a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego" (SILVA, 2014, p. 248). Com isso, "As transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo no final do século XX, possibilitaram o aumento do poder econômico de camadas privilegiadas, [...] e controle do trabalho" (SILVA, 2014, p. 249).

Assim, as expressões da questão social tornam-se mais evidentes neste contexto, afinal, ocorre "[...] o aprofundamento das desigualdades sociais e de processos de exclusão [...]" (SILVA, 2014, p. 249), assim como "Cresce o número de trabalhadores na condição de "prestadores de serviços" sem vínculo empregatício, nem estabilidade, despojados de segurança e proteção social" (SILVA, 2014, p. 249). Silva (2014) também acrescenta que:

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis se inserem neste contexto. Desprovidos da qualificação exigida e excluídos do mercado de trabalho formal são estigmatizados por viverem em condições precárias alheias aos padrões de sociabilidade estabelecidos pelas classes privilegiadas e dependentes de serviços sociais. Vistos como perigosos, são superexplorados como mão de obra barata e, em muitos casos, pobres urbanos objetos de ações sociais direcionadas, muitas vezes, à contenção de supostos efeitos negativos dessa economia e não na resolução da matriz geradora de desigualdade social,

subdesenvolvimento e subcidadania (SILVA, 2014, p. 249).

Por isso, muitas pessoas estão inseridas nas expressões da questão social, e são, majoritariamente, as pessoas negras que encontram no trabalho, enquanto catadores e catadoras de materiais recicláveis, condições materiais para subsistirem. É "A partir da década de 1990, muitas dessas mulheres catadoras, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, passaram a se organizar junto aos demais catadores em grupos informais, associações e cooperativas locais" (FERREIRA et al., 2023, p. 4).
Silva, (2014):

[...] essas iniciativas são constituídas por grupos historicamente excluídos, socialmente vulneráveis e economicamente discriminados, providos de baixa escolaridade e desqualificados para o mercado de trabalho, o que de certa forma obstaculiza o crescimento de seus empreendimentos. O desemprego está na raiz dos problemas sociais e agrava as condições da pobreza (SILVA, 2014, p. 255).

Tal como "A história dos catadores de recicláveis envolve transformações relacionadas ao reconhecimento da função social do seu trabalho e de formas de organização coletiva" (SILVA, 2014, p. 251), a formação das articulações entre os catadores de materiais recicláveis foram fundamentais para a constituição do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Ferreira *et al.* (2014) corrobora que:

Nesse contexto, em 1999, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel, que impulsionou a realização do primeiro Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em 2001, em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadoras e catadores. Nesse primeiro congresso, foi concebido o MNCR, como um instrumento de organização e luta por direitos. A Carta de Brasília expressa as principais bandeiras de luta e as demandas da categoria, entre as quais o fim dos lixões, o combate ao trabalho infantil, o reconhecimento e valorização profissional, as condições institucionais para a inclusão social e econômica na cadeia produtiva da reciclagem, entre as quais a regulamentação da profissão de catador de materiais recicláveis, além de reivindicar que "o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis". Os catadores e catadoras também passaram a reivindicar o atendimento de suas demandas, com a implantação de políticas direcionadas para a melhoria das suas condições de vida e trabalho, como reconhecimento aos serviços ambientais e sanitários que realizam, evitando que se acumulem milhões de toneladas de material reciclável nas ruas e nos lixões (FERREIRA et al., 2014, p. 7-8).

Em conformidade a isso, outro fator importante para fundamentar a discussão acerca do trabalho das catadoras e catadores, é a identificação do perfil étnico-racial

desses trabalhadores, que devido às heranças da sociedade escravocrata, durante o período relacionado, teve como consequência uma população mais vulnerabilizada, que ainda ocupa o trabalho superexplorado. Ferreira *et al.*, (2014) acrescenta:

Com relação ao perfil desses profissionais, um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Silva, Goes e Alvarez, 2013; Silva, 2020), tendo por base os dados do Censo Populacional de 2010 do IBGE, demonstrou que a maioria dos catadores e catadoras se identificou como de cor/raça negra e que os homens representavam 68,9% do total das pessoas que exerciam a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país. Outras fontes destacam, porém, a predominância de mulheres nas associações e cooperativas de coleta e reciclagem, a exemplo do Movimento Nacional dos Catadores e das Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR),⁶ que considera a existência de 800 mil catadores e catadoras no Brasil, sendo 70% mulheres (FERREIRA *et al.*, 2014, p. 1-2).

Nesse sentido, é possível compreender as consequências da formação social, econômica, política, étnico-racial e de gênero do Brasil, no que tange às singularidades dos corpos mais afetados pela herança estrutural escravocrata.

3.2 O trabalho de coleta de materiais recicláveis, feito pela COOPERFRAN, em Franca-SP

Para compreender a materialização do trabalho superexplorado das mulheres negras catadoras de materiais recicláveis, no município de Franca-SP, foi escolhido um recorte para a realização da pesquisa: a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran). Na Figura X, é possível observar a cooperativa.

Figura 1 – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região



Fonte: Imagem produzida durante a pesquisa de campo realizada pela autora deste estudo, 2023.

Como forma de compreender o processo de formação da Cooperativa no município de Franca, Rosa (2020), socializa como se deu esse processo:

A história da Cooperfran se consolida como uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Franca e a Pastoral do Menor e da Família. A cooperativa surgiu no ano 2000, sendo que de três a quatro anos foram dedicados à sua formação e à sua preparação, efetivando-se, de fato, em 2005. Em 2000, a Prefeitura Municipal de Franca, incentivada pela campanha “Criança no lixo nunca mais”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), realizou uma pesquisa, constatando 237 catadores atuantes na cidade. A partir disso, a prefeitura iniciou um processo de catalogação desses sujeitos, formando um grupo de 70 trabalhadores, e contribuiu com o espaço físico, capacitação e suporte para que esses formassem a cooperativa (MENDES, 2009). O terreno e a manutenção dos equipamentos são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Franca. Esta, por meio de uma parceria com a empresa que recolhe o lixo no município, a Seleta Meio Ambiente, coleta o material reciclável na cidade. Os cooperados trabalham oito horas diárias, com parada de uma hora para almoço, normalmente. Pela localização, eles almoçam na própria cooperativa. A cooperativa de reciclagem está situada em um lugar afastado das regiões ricas e centrais. O local fica em um bairro periférico da cidade de Franca/SP, no final do Distrito Industrial Antônio Della-Torre (ROSA, 2020, p. 17).

Assim como, durante a entrevista realizada com a presidente da cooperativa, ela também explica sobre este o processo de formação de uma cooperativa:

Olha, a cooperativa funciona o seguinte, para se montar uma cooperativa, ela precisa de no mínimo 7 pessoas mas não tem o máximo para expandir, isso vai de cada demanda e espaço, mas enfim. E assim, como te falei, numa cooperativa não somos empregados, não somos patrões, somos todos associados e tem apenas uma liderança, a presidente que no caso sou eu né e

a gente tem apenas um funcionário de carteira registrada que é o nosso auxiliar administrativo (ENTREVISTADA A).

Os cooperados trabalham oito horas por dia, com uma pausa de uma hora para o almoço, e não possuem vínculo empregatício na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contudo, a cooperativa paga o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a todos os cooperados. Ainda sobre a cooperativa, a entrevistada acrescenta sobre o horário de funcionamento e o perfil dos trabalhadores, na perspectiva de gênero e raça:

O nosso horário de funcionamento é das 7hrs às 11hrs e das 12hrs às 16hrs. O nosso fluxo de trabalho é oito horas por dia e aqui quanto mais a gente tria mais a gente tem a possibilidade de melhorar a retirada mensal e o fluxo é como você mesma pode ver, a gente trabalha ai com 39 pessoas aqui dentro e cada um tem a sua parte na triagem, na limpeza, então são várias funções divididas entre os 39 cooperados. São 27 mulheres e o restante são homens. E tem mais pretinha. Nós pretinhas, estamos em tudo (ENTREVISTADA A).

O modo de funcionamento da cooperativa se dá a partir da chegada dos caminhões com materiais recicláveis, entre outros materiais. Os caminhões chegam a trazer "[...] de oito a 10 vezes por dia, o material da coleta, que é realizada em todos os bairros de Franca" (ROSA, 2020, p. 18). A partir disso, a Figura X representa a chegada dos materiais para serem separados e reciclados:

Figura 2 – Chegada do material reciclável na cooperativa



Fonte: Imagem produzida durante a pesquisa de campo realizada pela autora deste estudo, 2023.

Sobre a separação dos materiais, as trabalhadoras ficam em frente à uma esteira, onde cada uma delas vão separando por categorias, "[...] papel branco, papel colorido, papelão, caixa de leite, plástico (sacos e sacolas), jornal, garrafa pet, latinha, vidro, metal, cobre, embalagens de óleo, plástico duro, plástico mole e ferro" (ROSA, 2020, p. 18).

De acordo com uma das entrevistadas, elas trabalham majoritariamente em pé, podendo sentar apenas quando, eventualmente, a esteira parar de funcionar "Sim. Só se parar, só se a esteira parar, você pode sentar" (ENTREVISTADA B). Uma das entrevistadas acrescenta:

Só na hora do almoço e quando a esteira para tem um banquinho do lado, que às vezes o companheiro acumula o material dele, tipo papel branco, que tem muito caderno, às vezes precisa parar e nesse intervalo que eles param a gente senta um pouquinho (ENTREVISTADA I).

A Figura 3 demonstra a esteira onde as mulheres trabalham:

Figura 3 – Esteira



Fonte: Imagem produzida durante a pesquisa de campo realizada pela autora deste estudo, 2023.

Pode-se observar o formato em que as mulheres catadoras trabalham "[...] Uma em cada lado, são responsáveis pela triagem, enquanto os homens ficam na prensa,

manobrando o guincho e na alocação de fardos” (ROSA, 2020, p. 18). A separação dos materiais recicláveis é um processo evidentemente precarizado, assim como algumas das trabalhadoras relataram durante a entrevista “[...] é muito orgânico, inclusive, a gente tem um problema sério, que é de vir coisas de laboratórios, [...] as agulhas [...] Eu falo assim, estou cansada de pegar estômago dos outros, aquelas [...] (ENTREVISTADA E), a outra cooperada complementa sua frase, “Ah, eu sei, tipo... aquelas sondas lá de alimentação...nossa, eu odeio aquilo lá” (ENTREVISTADA F). Outra cooperada complementa dizendo, “Isso, aquela sonda de alimentação. É muita nojeira, vem muito fedida, vem um monte de coisa, vem um monte de coisa... Nossa, muito fedido aquilo lá, entendeu?” (ENTREVISTADA E). São os relatos do dia a dia de trabalho dessas mulheres e que torna possível a compreensão sobre este trabalho precarizado.

Ainda sobre o processo de trabalho de coleta dos materiais recicláveis, após a triagem, esse material é devidamente separado pelas categorias e prensado para serem vendidos. A presidente da cooperativa acrescenta:

Na realidade, quando se fala triagem já inclui tudo né, triagem, prensagem, o produto tanto na separação, é tudo num só, então não tem definido função, quem tria vai receber um tanto, ou quem prensa recebe outro não, então é todo um processo, a gente começa aqui na área de recebimento, recebemos, triamos, prensamos e vendemos e dividimos em partes iguais para todo mundo, e também pagamos as contas, os impostos, como o ICMS e um monte de coisa e depois dividimos em partes iguais aos cooperados (ENTREVISTADA A).

Dessa forma, posteriormente a todo o trabalho na triagem, na separação dos materiais recicláveis, dos não recicláveis, é possível a produção do produto final, já prensado, como ilustrado na Figura 4.

Figura 4 – Materiais prensados



Fonte: Imagem produzida durante a pesquisa de campo realizada pela autora deste estudo, 2023.

As pessoas protagonizam esse trabalho, ao passo que muitas delas sentem orgulho por fazerem parte da cooperativa e desenvolverem este trabalho. A presidente acrescenta sobre isso:

Eu considero o nosso trabalho tão importante quanto o do prefeito, do advogado, do juiz, do médico, porque sem o nosso serviço a gente prejudica não só o nosso hoje, ou amanhã, mas depois o futuro de nossa geração, das próximas e das próximas. Nós estamos deixando o planeta limpo. Os nossos futuros netos, bisnetos, para estarem...(ENTREVISTADA A).

Além disso, analisando a partir da perspectiva ambiental, o trabalho desenvolvido pela cooperativa, no município de Franca, é expressivamente importante, pois, sem o trabalho de coleta de materiais recicláveis, haveria toneladas de resíduos sólidos sendo descartados incorretamente no meio ambiente. A presidente da Cooperfran acrescenta:

[...] aqui em Franca, tem quase 400 mil habitantes. Você vê, nós somos uma cooperativa com 39 pessoas, que nós tiramos do meio ambiente 200, 230, 180, 120 toneladas mensais. Agora, você imagina tudo isso esparramado na cidade ou jogado no aterro sanitário. O nosso aterro sanitário, todo ano, leva nota 10. Pergunta se tem algum agradecimento à gente? Não. Eles acham que isso faz mais que obrigação mandando aqui para nós. Só que a cabeça deles não

pensa, a gente vai fazer o que? A gente vai levando tudo isso (ENTREVISTADA A).

De fato, "A história dos catadores de recicláveis envolve transformações relacionadas ao reconhecimento da função social do seu trabalho e de formas de organização coletiva" (SILVA, 2014, p. 251). Contudo, este trabalho, por mais que promova autoestima nas pessoas que os desenvolvem, é considerado superexplorado, pois, é justamente "Nesta lógica que é possível compreender a histórica exclusão na qual esses homens e mulheres - catadores e catadoras de recicláveis - ainda se encontram" (SILVA, 2014, p. 249), e acabam desenvolvendo os trabalhos com o maior índice de precarização, uma vez que são excluídos dos trabalhos formais e de vínculo empregatício.

3.3 A experiência do trabalho das mulheres negras catadoras de recicláveis em Franca-SP: a manutenção da exploração de gênero e raça

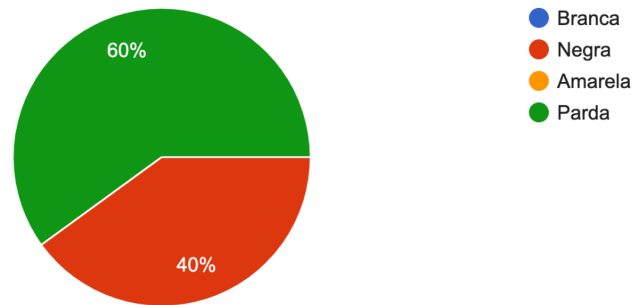
Em conformidade ao que já foi mencionado neste trabalho, ao analisarmos o trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, especialmente em Franca, é evidente a sua quantidade na perspectiva de gênero e raça, pois, a maioria das pessoas que trabalham nessa categoria, são mulheres negras, pois, "As catadoras são personagens de uma trama capitalista e patriarcal que mistura gênero, raça e classe social" (FERREIRA, ET AL., 2023, p. 6).

Dentre as dez mulheres que preencheram o formulário quantitativo, nenhuma delas se autodeclararam como sendo brancas. Dentre elas, 60% se autodeclararam como sendo pardas e 40% enquanto mulheres negras (Gráfico 2). Contudo, o debate étnico-racial está distante de algumas realidades socioeconômicas. Deste modo, muitas mulheres que são negras, ainda não possuem essa análise de si próprias.

Devido ao processo sócio-histórico da formação social do Brasil, sobretudo, durante o período de embranquecimento da população brasileira, no século XIX, muitas pessoas ainda preferem se autodeclarar mais claras devido a construção social e cultural do que serem negras.

Gráfico 2 - Autodeclaração de cor das mulheres entrevistadas

Qual sua cor?
10 respostas



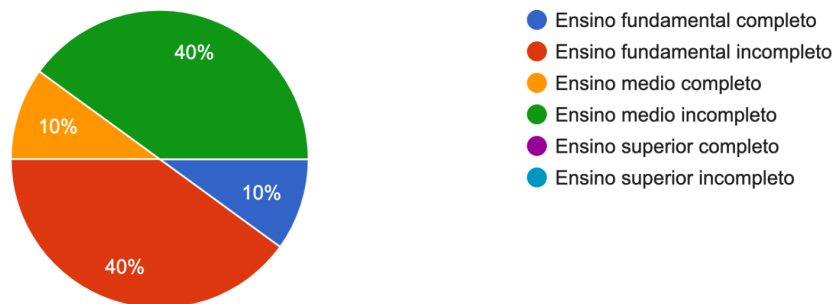
Elaboração: Dados produzidos durante a pesquisa de campo realizada pela autora deste estudo, 2023.

Além disso, com o perfil socioeconômico e o nível de escolaridade das mulheres entrevistadas, na cooperativa, permite inferir que trata-se de pessoas empobrecidas, que não tiveram espaço e oportunidades para ocupar melhores cargos e terminar os estudos, afinal, "As catadoras, além de estarem submetidas às vulnerabilidades sociais, econômicas e relativas a saúde, ainda se encontram expostas aos mais variados preconceitos relacionados ao seu trabalho, à sua classe, ao seu gênero e a sua etnia" (FERREIRA et al., 2023, p. 6). O gráfico 3, permite compreender o nível de escolaridade das cooperadas entrevistadas, um cenário que está dividido entre metade das entrevistadas que não possuem o ensino fundamental completo e a outra metade, o ensino médio completo.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade das mulheres entrevistadas

Qual a sua escolaridade?

10 respostas



Elaboração: Dados produzidos durante a pesquisa de campo realizada pela autora deste estudo, 2023.

A partir da análise dos dados do Gráfico 3, nota-se que apenas 10% das mulheres entrevistadas conseguiram se formar no ensino médio, concomitantemente, nenhuma delas tiveram acesso ao ensino superior. Ferreira *et al.*, (2023):

A dificuldade para se inserir no mercado formal de trabalho, entre outras razões, contribui para que busquem estratégias de sobrevivência na atividade da catação que, mesmo sendo um trabalho pesado e insalubre, é, muitas vezes, a única ou última alternativa para suprir suas necessidades e de sua família. (FERREIRA *et al.*, 2023, p. 6-7).

Oito de onze mulheres entrevistadas possuem mais de 35 anos de idade e já trabalharam em outras atividades. Algumas delas possuem semelhanças, pois já trabalharam na mesma ocupação, como por exemplo, na roça ou enquanto empregadas domésticas. Uma delas relata:

Eu já trabalhei, trabalhei muito primeiro, muitos anos em doméstica, trabalhei na roça, trabalhei naquela firma em Votuporanga, a Seara, trabalhei na outra firma de abatedouro de frango também, chamava Maristela. E o que me motivou a vir para cá foi que eu já estava passando os 45 anos, né? Ai já fica mais difícil de registro (ENTREVISTADA E).

Assim como muitas delas trabalham na cooperativa, porque devido a idade mais avançada torna-se desafiador encontrar trabalho com carteira assinada que as contratem.

Com isso, o trabalho realizado pelas mulheres na Cooperfran é caracterizado enquanto precarizado, pois, a partir do contato com a cooperativa, sobretudo, a partir das entrevistas com as cooperadas e tendo observado as condições precarizadas que as mulheres estão submetidas a trabalharem, torna-se evidente este cenário.

Afinal, o material que chega para triagem, conforme foi relatado por todas as entrevistadas, chega em péssimas condições. Uma das entrevistadas acrescenta que "[...] é muito orgânico o que vem junto. [...] Vem muita coisa nada a vê, tipo coisa humana, animal, fralda, fralda geriátrica, que eu acho que é 10 vezes pior do que de criança" (ENTREVISTADA E). Além disso, os trabalhadores e, principalmente, as mulheres que trabalham na triagem dos materiais recicláveis, presenciam diariamente o mau cheiro enquanto trabalham, inclusive uma das entrevistadas menciona sobre a presença do mau cheiro do local "O cheiro é forte. Por exemplo, das coisas que estão no seu dia a dia, que é assim, é corriqueira, acontece sempre essa questão do mau odor" (ENTREVISTADA J).

Ainda sobre a precarização do trabalho, algumas das mulheres consideram trabalharem em situações de risco, isso porque, a população de forma geral, não descarta corretamente os materiais recicláveis, orgânicos e não recicláveis, o que acaba gerando risco para as que estão na triagem "Mais por conta dos materiais que vem dos hospitais, que é uma coisa de risco para a gente, porque a gente nunca sabe o que tá contaminado e o que não tá" (ENTREVISTADA I). Outra entrevistada também se queixa dos produtos hospitalares e dos riscos:

Produto hospitalar é o que mais me deixa assim... É produto hospitalar. Então o risco é todo dia. Todo dia, toda hora, é risco. Você pode pegar qualquer coisa. Por conta dessa... Até quando passa algum tipo de excremento, a gente fica... Olha, "não sei o que tá passando", "olha, não sei o que tá passando". É, para a outra não colocar a mão, entendeu? (ENTREVISTADA F).

Ainda sobre as condições que chegam os materiais a serem triados, uma delas relata algo muito forte e particular, que, por vezes, precisam pensar para que consigam permanecer em seus empregos, pois, é a partir dele, que elas poderão subsistir. Assim

como algumas das entrevistadas ressaltam já terem se ferido durante o processo de triagem, a entrevistada (A) comenta:

Exatamente, eu mesma já me cortei, já caiu um tubo de vidro aqui em mim, eu tava na esteira, né, eu rodeei aquele primeiro botão, aí caiu um tubo e explodiu. Entrou o caco de vidro aqui, ele entrou aqui, literalmente ficou aqui dentro, até ir pro janjão e tirar. Isso acontece muito por causa do descarte incorreto que a população faz (ENTREVISTADA A).

Outro caso foi socializado durante as entrevistas, é o de que, meses atrás, a cooperativa pegou fogo devido ao descarte irregular de uma pilha. A entrevistada (A) relata:

[...] tem um... deve ter um mês e meio, dois meses, mais ou menos, não lembro a data exata, que nós tivemos um incêndio aqui. Um incêndio que foi por causa de um descarte irregular. Uma pilha de bateria de celular, sabe, que ela vai soltando aquela faísca, né? E ali naquele poço, o material vai acoplado, vai acoplado, vai acoplado. E eu acredito que deve ter dado uma faísca lá no fundo. E queimou a noite inteira, ninguém viu, ficou de boa, assim, ela foi queimar aos pouquinhos, não subiu pra cima. Chegamos de manhã pra trabalhar e aquele guincho que você viu, pega aqui, pega ali. Na hora que ele pegou, ele deu uma baixada no ponto que ele colocou lá em cima, o fogo subiu. A nossa sorte, primeiramente, né, graças a Deus, porque Deus foi muito bom com a gente, foi uma coisa que aconteceu durante o dia, eram nove e meia da manhã. Estávamos todos aqui. Nós tivemos apoio do pessoal do Corpo de Bombeiro, da INDEF, do pessoal da Seleta, enfim. Eu só sei que nós mobilizamos bombeiros, seleta, todo mundo participou pra gente apagar esse incêndio. A gente precisou de oito caminhões-pipa. Então, você tem noção, isso tudo por causa de um descarte incorreto. A gente levou mais ou menos umas 4 ou 5 horas para controlar o incêndio. Graças a Deus, ninguém se machucou não. Agora, ainda bem que aconteceu durante o dia e estávamos aqui. Porque, se acontecesse durante a noite e esse fogo saísse pra cima, a gente perdia tudo que a gente tem. E tudo isso por causa de quê? Falta de educação e o descarte inadequado, incorreto, enfim. O povo não pensa que se fizer uma coisa errada aqui não são eles os prejudicados, isso pode prejudicar a nossa família. Então isso eu queria que a população entendesse, mas eu não sou ninguém para poder falar isso para esse povo (ENTREVISTADA A).

Outro relato que a entrevistada socializa sobre é o de que "eu não sou ninguém para poder falar isso para esse povo" materializando as teorias trazidas nos capítulos deste trabalho. A entrevistada que diz não ser "nada" para questionar o comportamento da sociedade com relação ao descarte incorreto dos resíduos sólidos e orgânicos, é uma mulher que se autodeclara enquanto negra. De fato, as heranças do período de escravização permeiam o cotidiano desta sociabilidade.

Entretanto, algumas das entrevistadas ressaltam esses fatores condicionantes enquanto formas de se reconhecerem como mulheres fortes, trabalhadoras. A entrevistada (G) diz:

Te direi uma coisa, se a pessoa não tiver um estômago bom, não adianta nem vir trabalhar aqui. Tem pessoas que vem fazer o nosso serviço, trabalham um pouquinho e falam que não vai dar, tem que ser perseverante e forte, senão você não fica (ENTREVISTADA G).

Porém, o processo de reconhecimento e autoestima das mulheres empobrecidas não deveria ser conquistado a partir de um trabalho precarizado em condições materiais, sociais e econômicas.

Com isso, devido ao sistema capitalista e todos os outros fatores estruturais da sociabilidade brasileira, a lógica é a de que haja grupos sociais mais empobrecidos e vulneráveis a trabalhos precarizados e de mão de obra barata.

Concomitantemente a isso, outro fator importante para caracterizar o trabalho desenvolvido pelas mulheres enquanto superexplorado é o de que todo o processo de separação se dá de forma precarizada, uma vez que elas têm de separar os materiais recicláveis de outros materiais, como os orgânicos ou não recicláveis - fezes, animais mortos, lixo hospitalares e, entre outros.

A entrevistada (A) acrescenta, "[...] é que sem triagem não tem prensagem, então é um processo, então independente se a gente tem que botar a mão ou não vai. E se você não botar a mão, não vai ter esse fardo bonito, esse produto final [...]" (ENTREVISTADA A).

Consequentemente, se as trabalhadoras não se submeterem a colocar suas mãos em rejeitos para separá-los dos materiais recicláveis, não haverá material reciclável para ser vendido. Afinal, a cooperativa só poderá vender o material reciclável, após separá-lo dos resíduos sólidos em condições desumanizadas, dessa forma, todo o trabalho gasto em retirar os materiais recicláveis dos rejeitos, não é pago pelos compradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado neste trabalho de conclusão de curso, foi possível compreender que o período de trezentos e oitenta anos de escravização no Brasil, é a gênese do processo de racismo e o precursor da segregação social das pessoas negras. Assim como, com o período de abolição surge a divisão racial do trabalho, onde essas pessoas foram excluídas da composição da classe trabalhadora. Dessa forma, elas historicamente foram direcionadas para as margens da sociabilidade do capitalismo. Com isso, tiveram que ocupar ao longo da historicidade os trabalhos mais precarizados e superexplorados. Ademais, a mulher negra teve particularidades durante este período desde a escravização aos dias atuais. Além disso, foi possível compreender que devido a esse processo histórico da formação social, econômica e política do Brasil, o grupo dos catadores de materiais recicláveis são majoritariamente composto por pessoas negras e segundo alguns dados utilizados na pesquisa, a maioria desses trabalhadores são mulheres negras.

Ter feito as entrevistas com as mulheres negras da cooperativa de coleta de materiais no município de Franca - SP, a Cooperfran, possibilitou a compreensão deste fenômeno que ocorre pelo Brasil, a partir das particularidades desta cooperativa. Onde pode-se compreender que essas mulheres realizam um trabalho precarizado e superexplorado, pois não recebem pelo trabalho que precisam desenvolver para a separação dos resíduos sólidos, como rejeitos, excrementos e entre outros, dos materiais recicláveis, afinal, elas só recebem sobre o material já pensado e organizado. Além disso, essas mulheres expressam significativamente muitos dos elementos presentes nas expressões da questão social.

A partir deste estudo, pode-se compreender o trabalho superexplorado pelas mulheres catadoras de materiais recicláveis no município de Franca - SP foi preciso analisar os elementos constituintes da totalidade, para que fosse possível compreender as particularidades da formação social, econômica, cultural e política do Brasil e o quanto esses elementos estruturantes estão relacionados às singularidades da divisão sociosexual e racial do trabalho, nesta perspectiva das mulheres catadoras de materiais recicláveis.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 212-221, 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed., 2005.
- BOSCHETTI, Ivanete. Prefácio. SOUZA, Edvânia Ângela de Souza; CÉLIS, Ariana; INÁCIO, José Reginaldo. **Vidas Ameaçadas**. Diálogos a Respeito da Pandemia de COVID -19, Trabalho, Serviço Social e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Campinas: Papel Social, 2021, p. 27 – 30.
- BRAZ, Marcelo. NETTO, José. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.
- CHIAVENATO, Júl. **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. ed. brasiliense s. a. São Paulo, 1987.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.
- DIAS FILHO, Odair. **A cultura periférica como resistência ao Estado Penal- Racial: do batuque à batida, o funk como crônica da vida**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social (PPGSSPS). Universidade Federal der São Paulo, campus Baixada Santista (BS).
- DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.
- FERREIRA, Graciele Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros**. 2020. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.
- FERREIRA, Adriana Cristina Xavier Deiga; SILVA, Ronalda Barreto; SILVA, Roberto Marinho Alves da. Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e estratégias organizativas no Brasil. **Repositório do Conhecimento IPEA**, 2023.
- FGV. **Negros ainda são maioria com rendimento até 2 salários mínimos**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/negros-ainda-sao-maioria-rendimento-ate-2-salarios-minimos> Acesso em: 15 de nov. 2023.
- GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 514-522, 2018.

GONÇALVES, Renata; SOUZA, Edvânia Ângela de Souza. Somos todes youtubers? Indústria 4.0 e precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 144, p. 33-51, maio/set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vrKfwwPQKkCVwFwNsTPRkKB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15, out., 2023

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HERNÁNDEZ, Rosa María Voghon. Mapas das Desigualdades na Ilha: As Experiências de Cuba e Reino Unido Durante a Pandemia. In: SOUZA, Edvânia Ângela de Souza; CÉLIS, Ariana; INÁCIO, José Reginaldo. **Vidas Ameaçadas**. Diálogos a Respeito da Pandemia de COVID -19, Trabalho, Serviço Social e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Campinas: Papel Social, 2021, p. 73– 90.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela et al. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, v. 3, p. 09-32, 2001.

IBGE. **IBGE Sidra: Censo Demográfico**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q> Acesso em: 15 de nov. 2023.

IPEA. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. **Repositório IPEA**, 2023.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho e relações Sociais de sexo. In: Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para a política pública**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Brasília: Editora Nova Palavras, 2007.

MARINI, Ruy. **Dialética da dependência**. Editora Era, México, 10a edição, 1973.

MARX, Karl, 1818-1883. **O capital: crítica da economia política: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MNCR. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em:

<https://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas> Acesso em: 15 de nov. 2023.

MUSTAFA, Patrícia. Estado capitalista sob a égide das finanças, pandemia e o Auxílio Emergencial. In: SOUZA, Edvânia Ângela de Souza; CÉLIS, Ariana; INÁCIO, José Reginaldo. **Vidas Ameaçadas**. Diálogos a Respeito da Pandemia de COVID -19, Trabalho, Serviço Social e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Campinas: Papel Social, 2021, p. 98 -110.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno crh**, v. 33, p. e 020029, 2021.

OLIVEIRA ROMÃO, Carla. E não sou eu uma mulher? Sobre ser mulher negra. **Temporalidades**, v. 14, n. 2, p. 38-53, 2023.

ROSA, Barbara Oliveira. **Carolinas, catadoras de sonho**. 150p. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – Franca/SP, 2020.

SILVA, Carlúcia Maria. Trabalho, economia solidária e catadores de recicláveis: desigualdades de gênero e de raça, em busca de cidadania. **Revista da ABET**, v. 13, n. 2, p. 248-261, 2014.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira (Org). **Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, Edvânia Ângela de. Indústria 4.0: serviço social no sistema previdenciário em tempos da pandemia de COVID-19. **Katalyses**, v.25, n. 1, p. 125-136, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/jrk/a/mn5npLYkqrnNccbXR3ZyGgk/>. Acesso em: 18, nov., 2023.

SOUZA, Edvânia Ângela de. THOMAZ JUNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Inovações tecnológicas e perenização da degradação sistêmica do trabalho. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 23 n. 1 (2022). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/issue/view/497>. Acesso em: 15, mar., 2023.

SOUZA, Edvânia Ângela de. A pandemia COVID-19 e o Teletrabalho na Previdência Social (PS). **Caderno CrH, Salvador**, v. 34, p. 1-17, e021038, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42160/25693>. Acesso em: 18, nov., 2023.

SOUZA, Edvânia Ângela; SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org's). **Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019.

SOUZA, Edvânia Ângela de; DIAS FILHO, Odair; LIMA, Oseias. O trabalho de assistentes sociais durante a pandemia de COVID-19: breves apontamentos. Nozabielli, Sônia Regina; Vazquez, Daniel Arias; Nogueira, Claudia Mazzei (Organizadores). **Questão social em tempos de pandemia**. Livro do Programa de Pós- Graduação em

Serviço Social e Políticas Sociais, da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, bs. Assis: Gráfica & Editora Triunfal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/63740>. Acesso em: 18, out., 2023.

SOUZA, Edvânia Ângela de Souza; CÉLIS, Ariana; INÁCIO, José Reginaldo. **Vidas Ameaçadas**. Diálogos a Respeito da Pandemia de COVID -19, Trabalho, Serviço Social e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Campinas: Papel Social, 2021.

SOARES, Marcela. Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. **Laborare**, v. 5, n. 9, p. 170-191, 2022.

YAZBEK, Maria. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. Brasília: **Revista Temporalis**, 2001.

APÊNDICE A - Perguntas da Entrevista para as mulheres trabalhadoras da coleta de materiais recicláveis no município de Franca SP

PRIMEIRO MOMENTO: CONHECER A PESSOA.

1. Qual o seu nome?
2. Qual gênero você se identifica?
3. Qual a sua raça/etnia?
4. Qual a sua sexualidade?
5. Você é casada?
6. Você é mãe? Se sim, quantos filhos tem? E qual a idade deles?
7. Você possui uma rede de apoio para te ajudar com os cuidados dos seus filhos enquanto trabalha?
8. Qual a sua escolaridade?
9. Você tem o sonho de concluir? (caso a escolaridade não esteja concluída)
10. Já teve o sonho de trabalhar em outra área? Ou ainda tem?
11. Já teve ou ainda tem o sonho de fazer faculdade? Qual seria?

SEGUNDO MOMENTO: CONHECER O TRABALHO.

12. Quanto tempo você trabalha na coleta de material reciclável aqui no município de Franca? Pode me contar um pouco da sua trajetória de vida e de trabalho até chegar ao trabalho que desenvolve hoje em dia?
13. O que é a Cooperfran? Quando ela surge em Franca?
14. Qual seu horário de entrada e saída do trabalho?
15. Quantos quilos em média, de materiais recicláveis você consegue vender diariamente? Quanto você recebe por dia? E quantas horas você precisa trabalhar para ter essa quantidade de material reciclável?
16. Você recebe pelo trabalho de separar e juntar os materiais recicláveis? Ou só recebe pela venda?
17. O que significa para você, boas condições de trabalho?
18. Você considera trabalhar dentro de boas condições de trabalho? Ou existe algum risco durante a coleta dos materiais reciclados? Já se machucou alguma vez? Se sim, com o quê?
19. Me conta um pouco do seu dia a dia de trabalho... ao chegar até ir embora.
20. Você possui equipamentos adequados de segurança no seu trabalho?
21. Como os materiais recicláveis chegam até você? E quais são as condições quando você recebe eles?

22. Qual a sua média salarial por mês?
23. Você possui carteira assinada neste trabalho?
24. Qual a média da soma dos salários de todos que trabalham na sua casa, recebem?
25. Você quer sugerir mais alguma pergunta ou socializar mais alguma informação que não foi pedida nesta entrevista?
26. Você possui equipamentos adequados de segurança no seu trabalho?
27. Como os materiais recicláveis chegam até você? E quais são as condições quando você recebe eles?